



INCISA|IMAM

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE PÓS - GRADUAÇÃO EM TERAPIA
TRANSPESSOAL**

APEGO E RESILIÊNCIA: CONSTRUINDO

E

RE-SIGNIFICANDO VINCULOS

Salvador BA

2011

DENNY MARIA FINGERGUT

**APEGO E RESILIÊNCIA: CONSTRUINDO E
RE-SIGNIFICANDO VINCULOS**

Monografia apresentada ao Instituto Superior de Ciências da Saúde (INCISA) como requisito parcial, para obtenção do título de Pós-Graduação Terapia Transpessoal

Orientadores: Mario Riso e Carla Mirelle

Salvador BA
2011

DENNY MARIA FINGERGUT

**APEGO E RESILIÊNCIA: CONSTRUINDO E
RE-SIGNIFICANDO VINCULOS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Pós-Graduado em Terapeuta Transpessoal no Instituto Superior de Ciências da Saúde pela Banca Examinadora formada pelos seguintes professores:

| Professor | Título | Instituição |
|------------------|---------------|--------------------|
|------------------|---------------|--------------------|

| Professor | Título | Instituição |
|------------------|---------------|--------------------|
|------------------|---------------|--------------------|

Agradecimento

Agradeço a Deus, a grande força do universo, que tudo permeia, tudo completa, que me apóia, me orienta e me protege sem cessar todos os dias.

Agradeço a todos os entes queridos que mesmo sem perceber me impulsionam para crescer e desabrochar.

Resumo

O foco principal deste trabalho contempla a importância do vínculo inicial da **teoria do apego**, desenvolvida pelo médico e psicanalista inglês, John Bowlby, que se baseia na idéia de que, para se desenvolver de forma segura e competente, a criança desde cedo deve contar com pessoas significativas que a auxiliem em seus primeiros anos de vida. A figura de apego ou a figura materna é extremamente importante para o desenvolvimento saudável do ser humano. Chama-se figura de apego à mãe biológica ou adotiva, ao pai biológico, ou outra figura qualquer que exerça junto à criança a função de cuidador, criando vínculos afetivos e provendo suas necessidades básicas, afetivas e psicológicas. A morte ou separação prolongada da mãe ou a atitude emocional dela para com a criança nos primeiros anos de vida, desencadeia o comportamento de apego, que consiste em uma resposta que tem função biológica específica de sobrevivência individual e da espécie e se estabelece a partir do contato entre mãe e bebê, em torno do sentido de proximidade e segurança. Muito embora o conceito de resiliência indique que existe um potencial nos indivíduos capaz de levá-los a enfrentar e superar dificuldades, obstáculos, pressões e situações adversas, o funcionamento resiliente edifica-se através de um jogo complexo de processos defensivos de ordem intrapsíquica e de fatores de proteção internos e externos. A teoria do Apego tem sido considerada uma teoria do desenvolvimento, talvez única em adotar uma perspectiva sistêmica, na medida em que se propõe a explicar certos fenômenos do comportamento humano.

Palavras chave: Apego. Resiliência. Vínculos.

ABSTRACT

The main aim of this paper lays in the importance of the initial connection of the **affection theory**, developed by the British medical doctor and psychoanalyst, John Bowlby, which is based on the idea that, to develop safely and properly, the child, since the beginning, must count on significant people who will help them since their early years. The affection figure or maternal figure is extremely important to a healthy development of the human being, according to ultimate researches. It's called affection figure, the biologic or foster mother, the biologic father, or any other figure that plays the role of the caretaker to the child, providing their basic affective and psychological needs. Death or long separation from the mother or her emotional attitude towards the child in their early years trigger the affection behavior, which consists in an answer that has specific biological function of individual and species survival and is established from the contact between mother and baby around the sense of proximity and safety. Even though the concept of resilience indicates a potential in the individuals that leads them to overcome difficulties, obstacles, pressure and adverse situations, the resilient process is grounded through a complex game of defensive processes of intra-psychic order and internal and external protection factors. The attachment theory has been considered a theory under development, maybe unique for adopting a systemic perspective while offers to explain certain phenomena of human behavior.

Key words: Attachment: Resilience. Connections

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 . INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPITULO 1: A TEORIA DO APEGO E AS BASES EPISTEMOLÓGICAS DE JOHN BOWLBY | 18 |
| CAPÍTULO 2: RESILIÊNCIA: HISTÓRICO, CONCEITOS E RELEVÂNCIA | 33 |
| 2.1. HISTÓRICO E CONCEITOS: DA FÍSICA À PSICOLOGIA..... | 34 |
| 2.1.1 Risco. | 40 |
| 2.1.2 Vulnerabilidade..... | 41 |
| 2.1.3 Estresse..... | 42 |
| 2.1.4 Coping- Formas de Enfrentamento..... | 43 |
| 2.1.5 Competência | 43 |
| 2.1.6 Buffers fatores de proteção..... | 44 |
| 2.2 RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS SOBRE RESILIÊNCIA..... | 45 |
| 3. CAPITULO 3 PENSAMENTO SISTÊMICO OU NOVO-PARADIGMÁTICO..... | 51 |
| 4- CAPITULO 4 APEGO E RESILIENCIA RECONSTRUINDO SIGNIFICADOS A PARTIR DE UMA VISÃO SISTÊMICA..... | 65 |
| 5. CONCLUSÃO..... | 72 |
| REFERÊNCIAS | |

1. INTRODUÇÃO

Vários são os autores e teorias que poderiam ser utilizadas para explicar a personalidade humana e as condições adequadas ao seu desenvolvimento. As experiências, visões de mundo e formação das autoras desse trabalho contribuíram para que o recorte das teorias aqui utilizadas privilegiasse o vínculo interpessoal como unidade de análise, enfocando não a subjetividade, a individualidade, mas a idéia de homem multideterminado, em constante construção a partir de uma rede de relações.

Assim, o enfoque trazido contempla tanto a importância do vínculo inicial da *teoria do apego*, como a idéia de relativização desse mesmo vínculo em casos de sua inoperância, trazido pelo conceito de *resiliência*, que enfoca outros recursos pessoais e contextuais com os quais o indivíduo possa contar. Essas contribuições serão iluminadas e ampliadas pela *teoria sistêmica*, que se baseia na crença de que somos parte de sistemas mais complexos, influenciados por uma gama de fatores, não sendo, portanto, possível analisar cada um deles separadamente sem levar em consideração suas inter-relações e influências recíprocas, perdendo-se a idéia de previsibilidade, determinação e controle dos sistemas.

A teoria do apego desenvolvida pelo médico e psicanalista inglês, John Bowlby, se baseia na idéia de que, para se desenvolver de forma segura e competente, a criança desde cedo deve contar com pessoas significativas que a auxiliem em sua trajetória em seus primeiros anos de vida, creditando à perda ou afastamento da mãe nesse período, o surgimento de diversas formas de psiconeuroses e de desordens de caráter que ela pode vir a apresentar mais

tarde. Essa perda, real e definitiva (morte, abandono) ou decorrente de separação voluntária ou involuntária (hospitalização, viagem longa) é experimentada pela criança pequena com muito sofrimento, vindo a formar com muita freqüência, uma cicatriz que, mais tarde irá se manifestar através de disfunções mais ou menos graves (BOWLBY, 2004b, p.20).

A teoria do apego é referência ainda hoje, nos âmbitos acadêmicos e científicos e as inúmeras experiências descritas por Bowlby e colaboradores enriqueceram o conhecimento acerca das condições ideais e daquelas potencialmente prejudiciais ao desenvolvimento de crianças. Apesar de sua importância, a teoria do apego é muitas vezes acusada de ser marcadamente determinista, na medida em que atribui um peso quase que exclusivo à relação diádica mãe e filho, tendo Bowlby afirmado em muitos momentos de sua obra que:

O enfoque aqui defendido é o de que essa ênfase na relação com uma única pessoa, em geral a mãe, assim como na continuidade e permanência desse vínculo durante os quatro primeiros anos de vida da criança, tenha se dado mais no início de seus trabalhos, realizados na década de 50, na Inglaterra pós-guerra. Nesse período, em toda a Europa, os altos índices de crianças órfãs, de mulheres viúvas e empobrecidas, necessitando ir para o mercado de trabalho em busca de sustento, fizeram com que eclodissem instituições de cuidado coletivo, como creches e orfanatos, muitas delas sem as condições adequadas de assistência e acolhimento, causando preocupação à população e aos governos, quanto ao futuro de suas crianças.

Com o passar do tempo percebe-se, no entanto, uma relativização na obra de Bowlby quanto à exigência de que o vínculo seja exclusivo com uma única

pessoa: apesar de manter a recomendação de que esse laço seja *íntimo e contínuo* ele é estendido para um *número restrito* de pessoas, incluindo, portanto, outros familiares, como o pai, os avós, tios e irmãos, assim como figuras do círculo mais extenso de relacionamento (professores, amigos, enfermeiros ou auxiliares) que possam funcionar como uma base segura, à qual a criança possa recorrer quando sentir-se ameaçada ou necessitada de apoio.

Por outro lado, o conceito de resiliência se desenvolve a partir da constatação de que muitas pessoas ou famílias em situação de risco e vulnerabilidade, que muitas vezes não dispõem de uma base nuclear protetora, de acordo com o modelo tradicional de Bowlby, podem se desenvolver satisfatoriamente, enfrentando e superando adversidades, quando contam com outras condições, pessoais e/ou contextuais que lhe auxiliem nesse processo. Segundo Masten e Garmezy (*apud* KOLLER, 1985).

São três os blocos de fatores de proteção associados ao desenvolvimento de indivíduos e grupos resilientes:

- 1- Características de personalidade (atributos pessoais);
2. Coesão ou apoio familiar
3. Disponibilidade de sistemas externos de apoio.

Dentre as *características pessoais* apontadas por diversos estudos como favorecedoras de resiliência, estão: maior coeficiente intelectual, empatia, capacidade de experimentar emoções, habilidade nas relações interpessoais, humor positivo, melhores estilos de enfrentamento (*coping*), auto-estima, autonomia, e independência, flexibilidade, iniciativa, otimismo, esperança, controle percebido ou percepção de controle, dentre outros.

Esses últimos refletem a crença de que o indivíduo pode interferir nos eventos de sua vida, por mais adversos que eles sejam e que suas expectativas, crenças, decisões e escolhas são atitudes que influenciam os resultados de suas ações; assim, o indivíduo é capaz de prever conseqüências e planejar estratégias para obtenção de bons resultados, com base em experiências anteriores e na compreensão da relação entre agentes, meios e fins (MAYER & KOLLER, 2000).

Grande parte do enfoque sobre resiliência recai nas relações familiares, na existência de vínculo positivo da criança com sua mãe, pai ou adulto significativo, vínculo esse capaz de fornecer à segurança necessária ao crescimento e enfrentamento das dificuldades com as quais irá se deparar a criança. Consiste esse, o ponto principal de convergência com a teoria de Bowlby.

Outro fator de proteção à criança, marcadamente utilizada em programas de intervenção social, coloca o foco nas *redes sociais primárias* (família, amigos, vizinhos, grupos de pares, professores ou adultos significativos) e *secundárias*, formadas por instituições, associações (religiosas, educativas e sociais), que oferecem apoio e proteção ao indivíduo, sobretudo quando há desintegração ou inoperância da matriz familiar no cumprimento do papel de amparar seus membros.

A sociedade contemporânea coloca hoje como nunca, a família e cada um de seus membros, em especial aqueles com função educativa e protetiva diante de

uma enxurrada de informações, muitas vezes contraditórias e pouco conclusivas a respeito das condições mínimas necessárias ao cuidado de crianças: os pais vêm-se desamparados e inseguros, ainda mais quando se deparam com as múltiplas exigências de ordem econômica, profissional e relacional a que estão sujeitos.

Muitos cuidadores não contam com o apoio da família extensa como em outras épocas, precisando recorrer à ajuda de babás e auxiliares, por vezes desqualificados para essa função; outras vezes recorrem a creches de período parcial ou integral, nem sempre equipadas com recursos materiais e/ou humanos adequados, diminuindo significativamente o tempo e a qualidade da convivência entre eles e seus filhos. Os vários tipos de arranjos familiares atuais, as diferentes condições sócio-econômico-culturais e afetivas que os circundam, possibilitam um sem-número de situações que podem aumentar ou diminuir a vulnerabilidade do jovem em formação, interferindo positiva ou negativamente em seu desenvolvimento.

O objetivo desse trabalho consiste em analisar e discutir as alternativas pessoais e contextuais das quais dispõe um indivíduo quando não conta com figuras de apego significativas ou seguras ao longo de sua vida, de forma a poder se tornar um adulto resiliente, seguro e capaz de enfrentar, minimizar ou superar as adversidades que encontra, desenvolvendo competências e formas eficazes de adaptação.

Dessa forma, o interesse desse trabalho consiste em assegurar a contribuição de Bowlby sobre a formação da personalidade humana e dos riscos que a

ausência de cuidados pode acarretar para ela, como também identificar e discutir a contribuição que o conceito de resiliência traz à sua teoria, ampliando e diversificando o foco das possibilidades de enfrentamento que dispõe o indivíduo em sua trajetória de vida.

A crença nas possibilidades inesgotáveis do homem é a base desse trabalho, já que ele parte de uma epistemologia sistêmica na qual o homem é visto sempre em construção a partir de suas múltiplas relações, não sendo possível, dessa forma, compreendê-lo longe de seu contexto, ou de forma determinística, conclusiva. O foco dessa visão está voltado para as relações, para as interconexões existentes que vão além do sistema familiar, trazendo maior *complexidade* aos fenômenos, tornando-se impossível analisá-los, compreendê-los de forma analítica e fragmentada, sem considerar as interações recursivas entre eles, assim como as contradições existentes na natureza própria das relações humanas.

Outra característica do pensamento sistêmico, aqui trazido por Esteves de Vasconcelos (2005), é o reconhecimento da *instabilidade* dos fenômenos, do dinamismo existente nas relações, vistas sempre em termos de processo, vindo a impor uma forma de ver a realidade como imprevisível e incontrolável, sempre em movimento e mudança.

Por fim, o conceito de *intersubjetividade*, que nos impede de acreditar na existência de uma realidade objetiva, única e alcançada através do exercício da neutralidade do observador, nos convida a não apenas acatar, como também considerar novas idéias e conceitos, na tentativa de ampliar a nossa visão sobre

aquilo que nos propomos conhecer, a partir do reconhecimento da existência, não de uma realidade, mas de múltiplas versões da realidade, construídas por diferentes observadores (ESTEVES DE VASCONCELOS, 2005).

Esse novo paradigma científico, portanto, vem servir como pano de fundo para o questionamento das certezas absolutas, previsões sem margem de erro acerca do desenvolvimento de pessoas, mesmo daquelas que vivem em situações consideradas como de risco e vulnerabilidade - tais como pobreza extrema, desestruturação familiar, ausência de figuras de apego ou de referência significativa, doenças intrafamiliares etc - mas que, ainda assim, escapando de um prognóstico sombrio, podem vir a exercer plenamente sua autonomia, desenvolver competências emocionais e comportamentais.

Assim, trabalhos como esse, possuem relevância social e científica, na medida em que promovem um espaço de reflexão sobre os recursos pessoais, familiares e sociais que auxiliam o indivíduo em seu crescimento e no enfrentamento de dificuldades, permitindo um desenvolvimento “saudável”¹, mesmo na ausência daquelas condições que lhe são incontestavelmente favorecedoras, como por exemplo, uma estrutura familiar segura e apoiadora.

A metodologia utilizada nesse percurso é a revisão de literatura, na qual serão privilegiados os livros, artigos e textos acadêmicos dos principais autores que se dedicam aos temas em questão, culminando em considerações finais acerca do entrelaçamento entre eles.

¹Aqui utilizamos esse termo, ainda que limitado e contrário a uma epistemologia pós-moderna, para designar o que se convencionou chamar de desenvolvimento saudável, sem ocorrência de disfunções significativas.

O trabalho está dividido em capítulos, para melhor sistematização dos tópicos, sendo o primeiro deles dedicado à síntese das principais idéias desenvolvidas por Bowlby em sua teoria do apego, além de breve descrição sobre suas bases epistemológicas. No capítulo seguinte, serão descritas as principais contribuições de autores sobre o conceito de resiliência, sua contextualização histórica, além da explanação sobre as condições e fatores relevantes associados ao indivíduo resiliente.

No terceiro capítulo, uma apresentação dos principais pressupostos e conceitos da teoria sistêmica; por fim, nas considerações finais buscaremos identificar os pontos de complementaridade entre as abordagens apresentadas, entrelaçando-as com os pressupostos da teoria sistêmica - marco teórico utilizado e lentes através das quais esse trabalho foi edificado - com o objetivo de amplificar a discussão.

CAPÍTULO 1: A TEORIA DO APEGO E AS BASES EPISTEMOLÓGICAS DE JOHN BOWLBY.

John Bowlby, médico e psicanalista inglês, realizou extenso trabalho de pesquisa junto a eminentes profissionais da puericultura e psiquiatria infantil, a convite da Organização Mundial de Saúde, em 1950. Seu objetivo era identificar os efeitos que a separação da mãe nos primeiros anos da infância poderiam trazer para o desenvolvimento de sua personalidade e para isso contou com o apoio e com as observações realizadas por seu colega James Robertson, vindo a dedicar-se ao seu principal interesse: compreender como se originam e se desenvolvem os distúrbios no funcionamento da personalidade, a partir da observação dos efeitos da separação da mãe nos primeiros anos da infância.

As bases epistemológicas a partir das quais constrói sua teoria são a Psicanálise e a Etologia. Afirma ter partido dos conceitos centrais presentes na teoria de Freud desenvolvida sessenta anos antes, quanto ao potencial patogênico associado às perdas infantis, diferenciando-se dele quanto aos caminhos percorridos: Enquanto Freud partiu de um estudo *retrospectivo*, com adultos em contexto analítico, em busca do nexos causal para a compreensão de sua personalidade, mais ou menos saudável ou desenvolvida, Bowlby privilegiou os estudos *prospectivos*, aqueles realizados com crianças em situações reais, buscando descrever e assim compreender como experiências potencialmente traumáticas poderiam interferir em seu desenvolvimento.

(...) a perspectiva aqui adotada parte de uma classe de evento - a perda da figura materna na infância – e tenta depois descrever os processos psicológicos e psicopatológicos que daí, comumente, resultam. Parte-se, de fato, da experiência traumática e trabalha-se prospectivamente. (BOWLBY, 2002, p. 5).

Bowlby utiliza-se do método científico tradicional, privilegiando a observação, as hipóteses, acreditando ser essa a única forma capaz de determinar o papel que diferentes fatores desempenham na etiologia dos problemas.

Utiliza-se também de conceitos da etologia por acreditar que existem comportamentos comuns a muitas espécies, dentre elas a humana, em especial aqueles que dizem respeito aos vínculos sociais e às relações entre mães e filhos. Reconhece, entretanto, os limites que tais estudos guardam, dada a maior complexidade do comportamento humano.

Sua maior diferenciação da psicanálise, no entanto, diz respeito à concepção de instinto, baseada na teoria do controle, na etiologia e biologia analítica, na psicologia experimental e na neurofisiologia. Parte da idéia de que instintos são padrões regulares e previsíveis de comportamento, que têm como função principal garantir a sobrevivência das espécies.

Acredita, entretanto, que eles não são inatos, uma vez que, o que se herda é o potencial para que sejam desenvolvidos, sendo influenciados pelo meio de adaptabilidade de cada espécie. Dessa forma, os seres humanos teriam, em função da maior amplitude de seu meio de adaptabilidade, uma variedade muito maior de meios disponíveis para alcançar os mesmos fins que outros animais. Opõe-se à teoria do impulso secundário de Freud, que apresenta um “modelo do aparelho psíquico que retrata o comportamento como resultante de uma hipotética energia psíquica que está procurando um meio de descarga (...)”

(BOWLBY, 2002, p. 16) e passa a utilizar conceitos da teoria do controle - amplamente utilizada na engenharia e na fisiologia (mais tarde também incorporada pela Cibernetica, uma das bases da psicologia sistêmica) - para explicar os comportamentos instintivos, incluindo os mais complexos, como o de apego, por exemplo.

Como classe de comportamento instintivo, o comportamento de apego se caracteriza por uma sucessão de sistemas refinados de comportamentos, iniciados na infância através de simples movimentos reflexos para mais tarde serem organizados em termos de metas-fixadas, planos e hierarquias de planos cada vez mais sofisticados, que têm como objetivo garantir a proximidade da mãe ou do cuidador, sendo esse tipo de vínculo comum a muitas outras espécies.

(...) o vínculo da criança com sua mãe é um produto da atividade de um certo número de sistemas comportamentais que têm a proximidade com a mãe como resultado previsível. (BOWLBY, 2002, p. 221).

Sua função - além de ser a de garantir segurança frente aos perigos comuns ao desenvolvimento, levando à busca de proximidade através do olhar, do contato físico, aproximação ou interação - é também a de favorecer modelos de aprendizagem de comportamentos e formas de interação, que serão úteis ao bebê, em seu processo de socialização e sobrevivência futura.

O comportamento de apego nos seres humanos se desenvolve mais tardiamente que em outros animais, que geralmente o manifestam logo após o nascimento: inicia-se no bebê humano por volta dos seis meses, ficando mais

fortemente ativo até os três ou quatro anos, embora venha a permanecer por toda a vida.

Seu desenvolvimento é influenciado por fatores maturacionais e de aprendizagem (SEARS, 1972, citado por ROSETTI-FERREIRA, 1983, p.10). Dessa forma, o grau de maturidade cognitiva em que se encontra a criança influenciará o tipo de comportamento de apego que ela irá apresentar, assim também como suas experiências individuais e condições ambientais, permitindo um maior leque de possibilidades quanto ao seu desenvolvimento.

Até os dois meses de idade, há orientação e sinalização para figuras cuidadoras, sem que, no entanto, o bebê evidencie preferências específicas, apesar de priorizar pessoas em detrimento de objetos, utilizando principalmente o choro como sinalizador para as figuras de apego. Dos dois aos seis meses, começa a responder mais amigavelmente aos cuidadores, já manifestando as suas preferências.

A partir dos sete meses, há um “estalar” do apego e o bebê passa a responder de forma seletiva aos cuidadores, através de cinco classes de comportamento:

1. Busca de proximidade (saudação, sorriso, choro etc.).
2. Resposta aos chamados das figuras de apego.
3. Reação às separações (chamada, choro etc.).
4. Comportamento exploratório, usando a figura de apego como base segura.
5. Busca da figura de apego em situações de medo, na tentativa de escapar do estímulo aversivo.

É freqüente que, a partir dos oito meses, a criança apresente alguma reação de estranhamento à pessoas desconhecidas, principalmente quando estiver longe da figura de apego.

Para que a fase de apego esteja estabelecida, dentro da abordagem cognitivista, é necessário que a criança se encontre na *fase de permanência de objetos* (PIAGET, 1952; AINSWORTH *et al.*, 1978, apud ROSSETTI-FERREIRA, 1983), sendo capaz de distinguir entre fins e meios, tendo internalizado a sua figura de apego, ou seja, que ela continue existindo para a criança, mesmo quando não estiver mais presente. Por volta do segundo ou terceiro ano, a criança torna-se capaz de ter expectativas sobre o comportamento do seu cuidador, a partir das experiências anteriores, desde que elas tenham tido alguma regularidade.

Com um maior grau de maturação lingüística, pode também comunicar e entender melhor os planos da mãe, tendo, entretanto, intensificado os comportamentos de protesto diante das separações breves, até o terceiro ano de vida em geral, apesar de continuar buscando constantemente sua proximidade, mesmo depois disso.

Na fase de parceria de acordo mútuo, (por volta do quarto ano de vida) a criança passa a compreender os planos da mãe, sendo capaz de adaptar seus comportamentos aos dela, podendo abrir mão por mais tempo de sua proximidade, por saber que a relação entre elas continua a existir, apesar dos períodos de separação.

Durante todo esse período, pode haver retrocesso ou intensificação do apego, produzidos por experiências traumáticas, e muitos são os fatores que influenciam o seu desenvolvimento, dentre elas: a natureza e a frequência de experiências prévias de separação; a maior ou menor vulnerabilidade da criança frente a situações de tensão, além da sua própria natureza; a responsividade e sensibilidade da mãe frente ao desenvolvimento do filho, o estímulo às experiências com outros membros familiares e sociais.

Ainsworth e outros, 1978 (citado em BOWLBY, 2002, p. 417-422), identificam dois padrões típicos de apego, a partir da observação de crianças pequenas e suas mães em procedimento denominado “situação estranha”²:

Apego seguro (65 a 70% da amostra): Revelam equilíbrio entre exploração e apego. Choram menos, desenvolvendo meios mais variados de se comunicarem com a mãe.

Realizam explorações do ambiente com razoável liberdade, tendo a mãe como base segura, mesmo em presença de estranho; quando ela se ausenta, podem ou não mostrar-se aflitos, mas a recebem de volta efusivamente. A confiança/segurança na disponibilidade dos pais faz com que a criança se sinta mais corajosa para explorar o mundo.

Apego inseguro: os bebês não fazem explorações, mesmo na presença da mãe, mostrando-se bastante alarmados diante de um estranho; mostram-se desamparados na ausência das mães, mas podem não acolhê-la alegremente

²Tipo de procedimento no qual a criança é observada em uma sala pequena, para ela desconhecida, com brinquedos, em uma série de episódios de 3 minutos cada, com duração total de 20 minutos, primeiro em companhia da mãe, depois sem ela e por fim, após a sua volta, na presença de uma pessoa estranha.

em seu retorno.

Os bebês inseguramente apegados, diferentemente dos seguramente apegados, que evidenciam satisfação quando suas mães retornam, podem reagir de duas formas distintas :

Apego ansioso evitador ou esquivo (20% da amostra): demonstram mais interesse pelo estranho do que pela mãe, no seu retorno. Evidenciam conflito aproximação-evitação típico, podendo aproximar-se da mãe, parar e retrair-se, desviando-se em outra direção.

Não buscam proximidade das mães e quando levadas ao colo não demonstram conforto, mas protestam, querendo voltar, quando de volta ao chão. Tendem a seguir mais a mãe, quando de seu afastamento, e são mais propensos aos acessos de raiva (mais dirigidos a objetos e menos às mães). Essas crianças, mais tarde, podem dar a impressão de frieza, independência, falta de apego, embora em outros momentos, possam apresentar-se ansiosas, parecendo não terem confiança na obtenção de ajuda. Quando dela necessitam, a expectativa é de rejeição.

Em grau mais moderado, nessas crianças muitas vezes não são percebidos sinais de dificuldades ou problemas, principalmente os do sexo masculino, em função de estarem dentro do quadro de expectativa cultural de pouca expressividade afetiva.

Quando em alto grau e de forma persistente, a criança parece inacessível a tentativas de contato e pode vir a viver a vida esquivando-se das relações afetivas, sem amor. Ainda assim, apesar da gravidade dessa situação de desativação parcial do sistema de apego, é menos freqüente a ida dessas crianças à psicoterapia já que, via de regra, seu comportamento não incomoda muito, a não ser em casos de descontrole e agressividade ocasionais.

Esse padrão é propiciado por mães que evidenciam indiferença emocional e pavor ao contato físico ou demonstram raiva e agressividade aos bebês, podendo, em casos mais graves, vir a rejeitá-los reiteradamente. (MONTORO in CASTILHO, 2001, p. 51).

Apego ansioso resistente/ambivalente (10% da amostra): oscilação entre a busca de proximidade com a mãe e à relutância ao seu contato; as reações também oscilam entre a cólera e a passividade; mistura entre preocupação e forte busca de contato com a recusa de ser confortado e rejeição raivosa. Essas crianças parecem esperar obter amor e cuidados, ao mesmo tempo em que se sentem angustiadas com a possibilidade de serem esquecidas ou abandonadas (ABREU, 2005, p. 60).

Em função da incerteza quanto a disponibilidade da figura de apego em caso de necessitar de ajuda, tendem a ficar “grudadas”, com evidente manifestação de ansiedade de separação, sendo essas crianças mais freqüentemente encaminhadas à clínica, com sintomas de ansiedade, medos e fobias. Esse padrão de apego revela um modelo de relacionamento internalizado associado a cuidados inconsistentes, onde os pais nem sempre estão disponíveis, levando

a criança a ficar vigilante, na expectativa de que só assim, poderá receber atenção (MONTORO in CASTILHO, 2001, p. 51).

Os fatores associados ao desenvolvimento de um apego seguro ou inseguro podem ser muitos, e embora se possa falar nas características associadas ao bebê (temperamento fácil ou difícil, iniciativa ou busca da figura de apego, quantidade e frequência de choro, estado de saúde e reações quando doente, etc), os estudos enfatizam mais as condições associadas à *mãe* e suas características *individuais* (paciência, afetividade, sensibilidade), *relacionais* (com o marido, com sua família de origem, com as redes sociais de apoio e com o próprio bebê – incluindo suas expectativas quanto ao papel de mãe e com relação ao bebê), além das influências recebidas da *cultura* da qual faz parte. Dessa forma, a sua participação no contexto de vinculação afetiva com o bebê é muito mais complexa. Bowlby (2002, p.426) acredita que:

(...) o modo como uma mãe trata seu bebê constitui um produto complexo que reflete como suas próprias tendências iniciais foram confirmadas, modificadas ou ampliadas por sua experiência pessoal com a criança.

Ainsworth (*apud* BOWLBY, 2002, p. 430) destaca dentre vários fatores que contribuem para o desenvolvimento de um apego seguro, a sensibilidade da mãe para interpretar e responder aos sinais do bebê de forma sincronizada e a quantidade/qualidade das interações que mantêm entre si, gerando prazer mútuo. Também o contato físico constante e a capacidade da mãe para acalmar o bebê, levando-o ao colo. Por fim, que o bebê desfrute de um ambiente regulado de forma a poder deduzir um significado das conseqüências de suas próprias ações.

Dessa forma, mães sensíveis e eficientes controlam continuamente o estado do bebê, percebendo e respondendo às suas necessidades, quando ele sinaliza. As pouco sensíveis ou pouco eficientes, controlam o estado de seu bebê de forma esporádica, não respondendo adequadamente aos seus sinais, quer seja por rejeitá-los, quer por interferir demasiada ou raramente.

(...) quanto mais inseguro for o apego de um bebê à sua figura principal, mais inibido ele será em desenvolver ligações com outras figuras. (...) é um erro supor que um bebê difunde seu apego entre muitas figuras, de tal modo que segue seu caminho na vida sem uma forte ligação com quem quer que seja e, conseqüentemente, sem sentir a falta de qualquer pessoa em particular, quando esta pessoa está ausente. (AINSWORTH *apud* BOWLBY, 2002, p. 383).

A teoria do apego, inicialmente desenvolvida por Bowlby, enfatizava a necessidade de relação íntima e constante com uma única pessoa, em geral a mãe (conceito de monotropia de apego), sem a qual, a criança poderia desenvolver sérios distúrbios de personalidade ao longo da vida. Essa ênfase se deu, principalmente pelo contexto de pós-guerra, no qual crianças órfãs e abandonadas tinham muitas vezes o destino das instituições sem condições adequadas de assistência, além do aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho acarretando em uma maior utilização de creches para o cuidado diário das crianças, para muitas famílias, a única opção disponível.

Mais tarde, o modelo de apego passa a ser mais flexível, havendo maior valorização da qualidade das interações entre a criança e um *número restrito* de adultos, permitindo entre eles uma troca afetiva, estável e regular. O apego é, portanto, um tipo de vinculação afetiva, de amor, no qual se busca a segurança e a proteção de alguém e, como outras manifestações afetivas, ele não é indiscriminado, não é ativado com qualquer pessoa: o apego é um sistema

comportamental seletivo, que segue uma hierarquia afetiva, assim como outras relações sociais e afetivo-sexuais.

(...) uma autoconfiança bem estabelecida será, geralmente, o produto de um crescimento lento e progressivo, da infância à maturidade, durante o qual, por meio da interação com outros – encorajadores e seguros – o indivíduo aprende a combinar a confiança nos outros com a confiança em si mesmo. (NABUCO DE ABREU, 2005, 69).

Ampliar o leque de figuras de apego também permite assegurar à criança, maiores chances de sobrevivência e de sucesso desenvolvimental, além de dividir o peso da responsabilidade e das tarefas referentes aos cuidados entre um número maior de pessoas, tarefa essa trabalhosa e exaustiva. Dessa forma, crescem as chances de obtenção de ajuda e de segurança para a criança, bases para que ela venha a desenvolver sua autonomia e segurança afetiva, baseada na crença de poder encontrar no decorrer da vida, pessoas em quem confiar e a quem amar.

Dois são os fatores básicos na família que contribuem para o desenvolvimento do apego inseguro em crianças, tanto o ansioso-evitativo quanto o ansioso-ambivalente e eles podem se apresentar isoladamente ou em interação (MONTORO, 2001 *apud* GROSSMANN e col., 1988):

1. Mães pouco sensíveis e/ou disponíveis, com deficiências no sistema de cuidados maternos, pouco eficientes em garantir continência e segurança aos seus filhos. Geralmente essas mães vivenciaram um apego pouco seguro com suas próprias mães, tendo pouca lembrança ou valorização de suas infâncias, com relatos confusos, incoerentes ou idealizados.

2. Relação conjugal insatisfatória, pobre ou destrutiva, com presença de conflitos inconscientes ou explícitos, que minam as energias do casal, desviando sua atenção dos cuidados dos filhos para as tentativas de lidar com a sua própria infelicidade.

Um outro fator que pode afetar o desenvolvimento de uma criança, é quando ela se torna um substituto compensatório de frustrações ou, ainda, depositária de aspectos reprimidos ou não vividos de seus pais,

(...) o que geralmente tem o mais forte efeito psíquico na criança é a vida que os pais... não viveram. Para colocá-lo com rudeza, é aquela parte da vida da qual eles sempre escaparam, provavelmente por meio de uma mentira virtuosa. Isto semeia os germes mais virulentos. (JUNG, 1931 *apud* MONTORO, 2001, p. 64-65).

Em contrapartida, mães que possuem boa recordação de suas infâncias, de suas relações de apego, com pais sensíveis e disponíveis, ou aquelas que, mesmo não tendo tido infâncias felizes, puderam elaborar e recordar tais relações têm maiores condições de proporcionar apego seguro aos seus filhos, a partir da internalização de formas adequadas de cuidado. Também os casais que vivem de forma harmoniosa, lidando de maneira eficaz com suas dificuldades, podem exercer outros papéis além do conjugal, não se consumindo com problemáticas recorrentes, confiando na consistência da relação.

Uma das contribuições de Bowlby à psicologia sistêmica do desenvolvimento, é acreditar que todo indivíduo, em sua infância, cria representações mentais acerca de si, dos outros e das relações interpessoais que virá a estabelecer

pela vida afora, a partir das relações vivenciadas com suas figuras de apego: pessoas significativas, responsáveis por seu cuidado e proteção. Dessa forma, essas figuras - frequentemente os pais ou substitutos, amigos ou parentes próximos - funcionam como iniciadores, como professores, que ensinam maneiras de amar e cuidar, além daquilo que podemos esperar das pessoas, das relações e da vida. (MONTORO in COLOMBO, 2006, p. 120-121).

Assim, essas primeiras experiências funcionam como modelos mentais, como filtros através dos quais as pessoas irão criar expectativas acerca do que a vida tem a oferecer, se constituindo em modelos cognitivos e emocionais de vida social. Estes modelos mentais influenciam, de forma não-consciente na maior parte das vezes, as escolhas, as ações e os relacionamentos futuros nos mais diferentes contextos: familiar, de casal, profissional ou social, podendo ser descrito como “um processo de construção social de maneiras de amar.” (MONTORO in COLOMBO, 2006, p. 135).

Portanto, toda a simbologia das relações interpessoais está, até certo ponto, influenciada pelos padrões de apego desenvolvidos na infância. (MONTORO in COLOMBO, 2006, p. 122).

Apesar do foco predominante na díade mãe/criança (ou criança/ cuidador-substituto) característico de sua época, Bowlby não desconsidera as influências que exercem outros membros da família nuclear ou extensa, ou ainda outras pessoas significativas que cercam a criança.

Essas relações não ocorrem no vazio e sofrem, por sua vez, influência de sistemas mais amplos, como representações mentais construídas nas famílias de origem dos genitores, assim como de variáveis externas, como a situação

sócio-econômica e cultural em que vivem, além de outras variáveis internas, como a qualidade da relação entre os cônjuges ou as expectativas que têm sobre o filho, retro-alimentadas pelas suas características e reações.

Toda essa gama de fatores contribui para a construção desses modelos mentais, que servem de alicerces para a formação (ainda que em constante transformação) da personalidade, do *self*, da identidade do indivíduo, assim como da sua visão de si e do mundo em que vive.

Sobre uma pessoa auto-confiante, diz Bowlby (2004a, p. 432).

Paradoxalmente, a pessoa realmente autoconfiante (...) mostra que de maneira alguma é tão independente quanto os estereótipos culturais supõem. Elemento essencial é a capacidade de apoiar-se confiantemente em outros quando a ocasião o exija e saber em quem confiar. Uma pessoa saudavelmente autoconfiante é, assim, capaz de mudar de papel quando a situação se altera; ora está proporcionando a base segura a partir da qual o companheiro pode agir ora alegre-se de recorrer a este ou àquele companheiro que lhe proporcionará essa base.

Finalizando, uma metáfora que reflete a essência do pensamento de Bowlby sobre a importância do apego enquanto um modelo conceitual, modelo este a partir do qual poderão ser construídas as relações futuras do indivíduo, suas crenças a respeito de si mesmo e de suas possibilidades.

Imaginemos o apego como uma nascente inesgotável de água. Quando esta água é pura e cristalina, o indivíduo, que conheceu a água bebendo pela primeira vez de uma água boa, a terá como modelo, como referência. Terá condições de distinguir uma água pura daquela contaminada, que não irá lhe servir. Terá condições de, uma vez saciado, se aventurar a grandes explorações de sua própria vida, mesmo que muito distante da fonte primeira. Sempre que se sentir sedento, saberá que pode voltar pois a água estará sempre lá. Será capaz de saciar a outros, pois leva consigo desta água boa. E, um dia, quando tiver amadurecido o suficiente, poderá ele próprio se tornar uma nascente. (BERTHOUD, BROMBERG & BORREGO, 1997, p. 4)

CAPÍTULO 2: RESILIÊNCIA: HISTÓRICO, CONCEITOS E RELEVÂNCIA.

2.1. HISTÓRICO E CONCEITOS: DA FÍSICA À PSICOLOGIA

Por volta de 1807, estudiosos da física, dentre eles o cientista inglês Thomas Young, buscavam compreender que efeitos uma determinada força produzia ao ser exercida sobre algumas matérias, procurando relacionar força com deformação. Nasceu assim a noção de “módulo de elasticidade” (YUNES & SZYMANSKI, 2001), que na seqüência dos experimentos, passou a ser quantificada e chamada de *resiliência dos materiais*.

Assim foi definido que cada matéria tem uma determinada capacidade de absorver um “quanto” de força que pode ser exercida sobre ela, e que, ao ser retirada, terá a propriedade de retornar a sua forma original, sem que se quebre ou fique deformada. Essas informações passaram a ser largamente utilizadas pela Física e pela Engenharia.

Nesse sentido, o termo resiliência, originalmente advindo da física, representa a propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação elástica; sua etimologia inglesa (*resilience*) refere-se à elasticidade e à capacidade rápida de recuperação.

Até meados do século passado a busca de ampliação do campo do conhecimento das ciências sociais e humanas ainda fazia sua leitura de mundo baseada em pressupostos da física Newtoniana, buscando relações de causa e efeito, focando a compreensão nas origens dos sintomas.

Ao ser utilizado o fenômeno da Resiliência pelas ciências humanas, tornou-se necessário construir novos caminhos para dar conta das diferenças

epistemológicas de campos de conhecimento tão distintos. Nas ciências exatas as definições eram claras, precisas, passíveis de serem medidas, com o conceito de “deformação” bem específico de matérias.

Tais características não se aplicavam aos seres humanos, constituídos de forma complexa, a partir de uma multicausalidade de fatores e variáveis, tornando-se, dessa forma, necessário o uso de conceitos explicativos que iriam variar segundo épocas, autores, contextos e sujeitos. Segundo Yunes & Szymanski (2001), foi construída uma metáfora onde os termos tensão/pressão x deformação não permanente do material, usados pelas ciências exatas, foram traduzidas por situação de risco/estresses/experiências adversas x respostas finais de ajustamento/adaptação.

Muitas pesquisas empíricas foram realizadas objetivando uma ampliação e adaptação desses construtos da física para a psicologia. Buscou-se compreender como se desenvolviam crianças e adolescentes que viviam em condições restritivas, e que conseqüências eram geradas nesses sujeitos ao longo do tempo. À medida que esses estudos foram sendo realizados, foi-se consolidando uma mudança de foco: ao invés da busca das origens e do desenvolvimento de psicopatologias, os estudos passaram a tentar compreender a capacidade encontrada em alguns sujeitos de resistirem a condições inóspitas, conseguindo desenvolver, apesar disso, competências que lhes permitissem sobreviver, e até mesmo crescer diante de tais adversidades.

Dessa forma, as diversas pesquisas realizadas nas décadas de 60 a 80 dentro das ciências sociais, concluíram que nem todas as pessoas submetidas a

situações de risco adoeciam; ao contrário, para muitas delas tais situações serviam para fortalecer habilidades e desenvolver novas capacidades de enfrentamento.

Muitas foram as pesquisas realizadas com o objetivo de melhor compreender os fatores e variáveis associados ao desenvolvimento da resiliência em crianças e adultos, nas situações das mais adversas; pesquisas realizadas pelo psiquiatra britânico Michael Rutter, iniciadas na década de 70; outras mais recentes desenvolvidas por Martineau, por Garmezy, Masten, Luthar e muitos outros.

As autoras Yunes & Szymanski (2001) trazem como exemplo pesquisas realizadas por Emily Werner, Ruth Amith e colaboradores (1986, 1993, WERNER & SMITH, 1982, 1989, 1992), com duração de quarenta anos, iniciadas em 1955; outras. Emmy Werner, psicóloga norte-americana, estudou habitantes do Havaí sem escola, submetidos a vários fatores de risco, identificando que um terço deles, na idade adulta, havia conseguido aprender a ler, a ter um trabalho e construir uma família, vindo a ratificar a idéia de que, apesar de pessoas serem submetidas a adversidades e riscos, elas podem ser capazes de desenvolver condutas e competências que lhes permitam ter uma boa qualidade de vida.

O termo *Vulnerabilidade* foi inicialmente utilizado para definir o grau de abalo que sofriam as pessoas diante das adversidades; assim como o termo *Invulnerabilidade* referia-se à capacidade encontrada nos sujeitos de resistir às condições contextuais nas quais se desenvolviam e delas saíam ilesos.

Apesar de serem esses os termos precursores da construção do conhecimento sobre resiliência e ainda serem usados em algumas publicações sobre o assunto, eles foram, com o tempo, questionados por alguns autores por trazerem um enfoque muito subjetivo, referindo-se mais a características pessoais dos sujeitos, além de passarem uma idéia de imunidade total aos fatores adversos.

Em função desse aspecto, buscou-se um termo que pudesse designar uma capacidade de resistência do indivíduo e, ao mesmo tempo, que indicasse uma variabilidade de sua ocorrência, em função das variáveis presentes na relação tais como: tipos e somatórios de forças; disponibilidade de sujeitos e variedade de contextos, etc. Nesse momento o termo *Resiliência* ou *Resistência ao estresse* passaram a ser adotados (MASTER & GARMEZY, 1985, *apud* YUNES & SZYMANSKI, 2001).

As pesquisas que contribuíram para fortalecer o conceito que se tem hoje sobre Resiliência, tiveram início há aproximadamente 25 anos, nos Estados Unidos e no Reino Unido. Elas visavam identificar os padrões de ajustamento na idade adulta de crianças e adolescentes que haviam sido submetidos às situações das mais adversas como alcoolismo, violência, cuidados familiares deficientes, pobreza, etc. Na língua portuguesa e especialmente no Brasil o uso do termo e os estudos sobre resiliência ainda são restritos aos meios acadêmicos, contando ainda com pouca produção científica.

Os primeiros estudos internacionais sobre resiliência focaram traços e disposições pessoais – temperamento, desenvolvimento intelectual, nível de auto-estima, grau de autocontrole – embora já incluíssem levantamentos de dados sobre o contexto familiar – número de membros na família, incidência de conflitos e grau de proteção a seus membros, sendo estes posteriormente mais valorizados. Mais tarde foram também incluídos dados do contexto social mais amplo, a partir da ênfase dada às redes sociais de apoio, identificadas como uma outra fonte rica de cuidado e proteção para o indivíduo.

Ao longo do tempo, alguns conceitos foram se destacando e passaram a ser estudados, sendo para isso desenvolvidas pesquisas que vieram a dar maior visibilidade e consistência às suas definições. Podemos citar, dentre esses conceitos, os que mais se destacaram: risco, vulnerabilidade, estresse, formas de enfrentamento (*coping*), competências e fatores de proteção (*buffers*).

2.1.1. Risco

A possibilidade eminente de não se alcançar os resultados desejados é um fenômeno que foi ganhando maior visibilidade e peso a partir do início da era mercantilista, quando a perda passou a ser expressa em números quantificáveis pela moeda, relacionada ao lucro esperado nas transações estabelecidas em larga escala. Com isso começaram os estudos para estabelecer a probabilidade de perda que podia ser esperada nas situações estudadas, passando a ser usado, para isso, o termo *margem de risco*.

Nas pesquisas científicas, o uso da noção de *risco* foi inicialmente adotada no campo da epidemiologia na medicina. Sua complexidade foi aumentando e se modificando até chegarmos a sua aplicação atual no campo da saúde mental.

Foram sendo incorporados aspectos como risco psicossocial: correlação entre conflitos familiares e comportamentos agressivos em crianças (FICHAM, GRYCH & OSBORNE, 1994 *apud* YUNES & SZYMANSKI, 2001) onde a privação econômica passou a ser entendida como uma das principais fontes de risco sociocultural para crianças (GARBARINO, 1992 *apud* YUNES & SZYMANSKI, 2001), reconhecendo a privação econômica, a pobreza e a miséria como fatores de risco universal (LUTHAR & ZIGLER, 1991 *apud* YUNES & SZYMANSKI, 2001).

O estudo da história da criança aponta para a presença constante de fatores de riscos e estressores em seu desenvolvimento; o que se percebe que vai mudando é a construção social do que se configura como risco e a compreensão do seu caráter dinâmico, passando a se dar “ênfase no movimento dos fatos e não em fatos estáticos” (YUNES & SZYMANSKI, 2001).

Os fatores de risco que se relacionavam com a presença de eventos negativos de vida, aumentando o número de conseqüências indesejáveis de forma proporcional às quantidades desses fatores, passaram a serem concebidos como probabilidades de se apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais a depender dos mecanismos subjetivos segundo os quais os processos de risco operam negativamente sobre a criança.

A partir desse momento, tornou-se difícil manter a relação de causa-efeito, do raciocínio linear mantido no período inicial do uso do conceito de risco psicológico, nos estudos de saúde mental. Tornou-se necessário pensar em

termos de processos ou “mecanismos”³, passando a ligar o *risco* à sua consequência em um determinado momento da vida do sujeito.

Com isso podemos dizer que o conceito de *risco psicológico*, não pode conter uma definição fechada, absoluta ou atemporal, podendo ele variar na história de vida de uma pessoa, dependendo das circunstâncias e de diferentes fatores internos ou externos a ela, apresentando consequências e repercussões diferentes para cada sujeito estudado.

Assim como *risco* é comumente traduzido como alta probabilidade de consequências “negativas”, o termo resiliência é geralmente associado à presença de resultados “positivos.” Essa associação intensificou os estudos sobre Resiliência por se ter verificado que alguns sujeitos, diante da presença de fatores de risco, obtiveram resultados positivos ou até melhores do que aqueles alcançados em sua ausência (COWAN, COWAN & SCHULZ, 1996 *apud* YUNES & SZYMANSKI, 2001); a Resiliência começou a ser vista também como processo final, através da presença de fatores mediadores que serviram de proteção, permitindo que os sujeitos encarassem o risco de forma efetiva, favorecendo assim, a superação das adversidades (RUTTER, 1987 *apud* YUNES & SZYMANSKI, 2001).

A partir da associação desses dois conceitos pode-se dizer que a Resiliência se constitui nos processos que operam diante da presença de fatores de risco,

³ “YUNES & SZYMANSKI (2001) trazem uma definição de mecanismos elaborada por COWAN, COWAN & SCHULZ (1996): “Mecanismos são processos que ligam riscos às suas consequências, propiciando o entendimento na variabilidade destas consequências”, os mecanismos, ainda segundo os mesmos autores podem operar de duas formas: “Um mecanismo mediador é dinâmico e não diretamente observável. O mecanismo moderador amplifica, reduz ou muda a direção da correlação entre riscos e respostas”.

obtendo-se resultados bons ou melhores que aqueles alcançados na ausência do risco (COWAN, COWAN & SCHULZ, 1996 *apud* YUNES & SZYMANSKI, 2001); ou ainda como processo final, a partir de mediadores que serviram de proteção, permitindo que os sujeitos encarassem o risco de forma efetiva, vindo a superá-los (RUTTER, 1987 *apud* YUNES & SZYMANSKI, 2001). apresentam os avanços metodológicos utilizados e comentados por Rutter (1996), para tornar o conceito de *Risco* mais pragmático, buscando identificar mais claramente de que forma as experiências podem apresentar riscos crescentes ao processo de desenvolvimento humano evidenciando:

- a) os diferentes mecanismos envolvidos na interação entre a pessoa e o ambiente;
- b) as diferenças individuais na percepção das situações de estresse;
- c) os mecanismos de proteção nas situações de estresse;
- d) as reações em cadeia indiretas que ocorrem ao longo do tempo.

Com essas medidas, as pesquisas sobre resiliência têm buscado identificar as possíveis formas de enfrentamento de situações de estresse e das adversidades, sem ficarem presas às noções lineares dos indicadores de risco ou desconsiderando mecanismos mediadores e/ou moderadores presentes em toda a experiência humana.

2.1.2. Vulnerabilidade

Do latim *vulnerare*⁴, esse termo é usado para expressar predisposição à desordem ou sensibilidade ao estresse. Por vezes usada erroneamente como sinônimo de risco, diferencia-se na própria origem do uso dos termos: risco,

⁴ *Vulnerare* significa ferir, penetrar.

usado em epidemiologia, refere-se a grupos e vulnerabilidade ao indivíduo (MASTEN & GARMEZY, 1985 *apud* YUNES & SZYMANSKI, 2001). Vale ressaltar que vulnerabilidade existe apenas diante do risco como fragilidade ou incapacidade de enfrentamento.

Pesquisas realizadas por esses teóricos mostraram que diferenças individuais em termos de vulnerabilidade levavam a diferentes formas com que as crianças enfrentavam as dificuldades ambientais, mostrando uma complexa relação existente na interação indivíduo/ambiente nos diferentes modelos de enfrentamento:

- a) vulnerabilidade / “forças” individuais,
- b) vulnerabilidade / o ambiente,
- c) vulnerabilidade / a presença ou não de suporte social.

Nos estudos de resiliência, o termo *vulnerabilidade* tem sido muitas vezes utilizada para identificar fragilidades psicológicas individuais, que podem potencializar os efeitos dos estressores: predisposições genéticas, baixa auto-estima, traços de personalidade, depressão, etc; marcadamente se associadas a fatores externos que, por si só, geram fragilidades, como no caso da existência de práticas educativas ineficazes ou inoperância da matriz familiar. Uma das conseqüências possíveis derivadas da associação entre fatores acumulados de vulnerabilidade do indivíduo e o aumento dos estressores ambientais pode ser a propensão ao aparecimento ou intensificação de sintomas e doenças.

2.1.3. Estresse

Cientificamente falando, não existe uma definição amplamente aceita para o estresse. Yunes & Szymanski (2001) se referem à citação de Pereira (1997), segundo o qual Hans Selye foi quem primeiro introduziu o conceito de estresse nas ciências humanas, em 1936, definindo-o como “uma resposta específica do corpo a uma experiência feita a ele”.

Hoje podemos dizer que a percepção que se tem da situação, a interpretação e o sentido atribuídos ao fenômeno é que definirão sua condição de estresse: o que para um pode ser entendido como perigo, pode ser percebido por outro como um desafio. Fazendo referência aos processos psicológicos, Lazarus & Folkman, (1984) *apud* Yunes & Szymanski (2001, p. 30) dizem que o estresse é “uma relação particular entre a pessoa e o ambiente que é apreciado por ela como excedente aos seus recursos, o que coloca em perigo o seu bem-estar.” Dessa forma, eles enfatizam o aspecto subjetivo e a relação entre o sujeito e o ambiente, trazendo para compreensão desse conceito, o dinamismo que leva a mudanças de intensidade durante um acontecimento estressor.

Em sua utilização no estudo de resiliência o estresse é geralmente considerado como uma experiência negativa, uma condição temporária ou transitória, que pode ocorrer em alguns momentos específicos do ciclo de vida da pessoa, gerando uma sobrecarga de dificuldades que excedem os recursos adaptativos da pessoa.

2.1.4. Coping - Formas de Enfrentamento

Em contrapartida ao estresse, as formas de enfrentamento aparecem lado a lado nos estudos de resiliência e podem ser entendidos como sendo o seu pólo positivo (*coping*) enquanto que o negativo cabe ao estresse. Lazarus & Folkman (1984, p.141) as definem como:

(...) um conjunto de esforços cognitivos e comportamentais utilizados com o objetivo de lidar com demandas específicas, internas ou externas, que surgem em situações de estresse e são avaliadas como sobrecarga ou excesso de recursos pessoais.

No mundo contemporâneo o estresse passou a ser um aspecto inevitável da condição humana, sendo, portanto mais interessante tentar aprofundar as formas de enfrentamento que poderão ser utilizadas pelos sujeitos e as conseqüências que delas derivarão. Palavras como: habilidades, estratégias, comportamentos, estilos, respostas, recursos etc, são utilizadas quando se quer fazer referência a diferentes formas de enfrentamento às situações adversas.

2.1.5. Competências

Como já vimos, existem diferentes formas de lidar com situações adversas, com o intuito de minimizar os aspectos negativos, em vistas do favorecimento de uma maior adaptação do indivíduo ao seu ambiente: esse é o conceito de competência. MASTEN & COATSWORYH (1998, p. 206) *apud* YUNES & SZYMANSKI, 2001, definem competência como sendo:

“(...) sucesso diante de tarefas de desenvolvimento esperadas para uma determinada pessoa de determinada idade e gênero no contexto de sua cultura, sociedade e época”.

Considerando-se que somos seres sociais, os recursos utilizados para enfrentar quaisquer situações de risco e estresse, deverão trazer condutas e comportamentos que estejam de acordo com as regras sociais vigentes e que possam, portanto, gerar aceitação e reconhecimento social. Caso contrário, eles correrão o risco de serem taxados de *coping* ineficazes, incompetentes ou não resilientes.

2.1.6. *Buffers* - Fatores de Proteção

O termo competência será traduzido como capacidade de garantir e sustentar o desenvolvimento, ao longo do percurso de crescimento, apesar das adversidades e crises que possam aparecer nessa trajetória. Para isso, se faz necessária a existência de um sistema de proteção, que deverá alertar para os possíveis desvios desse percurso, apontando caminhos para uma conseqüente recondução a ele.

Esses sistemas de proteção estarão prontos para atuar em diferentes fases do processo de desenvolvimento e em diferentes contextos. RUTTER, (1985, *apud* YUNES & SZYMANSKI, 2001) afirma que “fatores de proteção referem-se a influências que modificam, melhoram ou alteram respostas a determinados riscos de adaptação”; três aspectos segundo ele devem ser considerados:

1. um fator de proteção não deve necessariamente ser um acontecimento agradável ou “bom”, mas precisa proteger o indivíduo;
2. os fatores de proteção só terão efeito garantido diante de um estressor, pois sua função é modificar uma resposta frente a situações adversas;
3. os fatores de proteção referem-se a qualidades pessoais de cada indivíduo, sendo eles desenvolvidos a partir de:

- a) atributos disposicionais dos indivíduos;
- b) contexto familiar afetivo e protetivo;
- c) suporte social e sistema de crenças para a vida.

2. 2. RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS SOBRE RESILIÊNCIA

O encantamento do mundo é um produto da evolução: os animais são enfeitiçados quando percebem a sensorialidade de um outro, o odor, a cor, a postura, que os governa servindo-se dos cinco sentidos. E os homens, única espécie que possui seis sentidos, vivem no duplo encantamento dos sentidos e do sentido que a historicidade cria. Nunca vemos o mundo dos outros, mais representamo-lo pelos sinais das suas palavras e dos seus gestos, que nos enfeitiçam ainda mais. (CYRULNIK, 1999, p.8).

A resiliência não é simplesmente um sinônimo de sobrevivência: ser resiliente não significa apenas não sucumbir diante dos problemas; é uma atitude muito mais positiva que consiste em conseguir passar pelas adversidades da vida (estresses) de forma que a cada dificuldade maior (risco), a pessoa consiga se reerguer, se reconhecer e identificar de que forma a sua vida foi afetada (vulnerabilidade), buscar novas motivações e a energia necessária para ir em frente (busca de recursos – espontaneidade), perceber as adaptações que serão necessárias para continuar (*coping* - criatividade), procurar na rede social apoio e ajuda (*buffers* - fatores de proteção).

Desta forma, uma vez enfrentado o momento mais crítico, o resultado será um processo de crescimento (competência), aprendizado, reestruturação, e, mais importante ainda, a certeza de que é possível enfrentar positivamente as crises, mesmo as que ainda estão por vir.

Da mesma forma que ao longo do tempo foram se ampliando os estudos sobre o desenvolvimento humano, abrindo-se para uma complexidade cada vez

maior, também os estudos e pesquisas sobre a resiliência foram se ampliando para a mesma complexidade, o que levou à incorporação de novos elementos a serem estudados e observados.

Sem abandonar o resultado das primeiras pesquisas, como a identificação da existência de traços individuais que influenciam as modalidades de enfrentamento dos problemas, tornou-se importante, com o tempo, tentar entender como essas diferenças individuais se instalam, de que forma passam a ser incorporados ao sujeito, e de que forma, por exemplo, figuras próximas, de apoio, podem contribuir para favorecer o processo de desenvolvimento da resiliência. Assim abandona-se a idéia de um determinismo que inevitavelmente leva ao fracasso os sujeitos expostos a situações de risco e adversidade, que não contem com um perfil resiliente, vindo a ser incrementada a idéia de ações voltadas ao fortalecimento do sujeito e das condições a ele associadas, que o habilitem a melhor enfrentar os desafios futuros.

Ao longo dos anos muitos autores dedicaram seus estudos à tentativa de identificar quais as características e as condições pessoais e contextuais associados ao desenvolvimento da resiliência.

Boris Cyrulnik, um dos maiores expoentes contemporâneos na psicologia, identificou sete fatores que caracterizam a resiliência. Nascido em 1937, judeu de origem russa, Cyrulnik, conseguiu fugir de um campo de concentração nazista aos 6 anos de idade, após o assassinato de seus pais. Depois disso foi acolhido em um cortiço, onde outra família lhe deu abrigo. Após concluir seus estudos em medicina, veio a dedicar-se a neuropsiquiatria, tornando-se

psicólogo e psicanalista, aprofundando seus estudos e buscando derrubar as inabaláveis barreiras entre as disciplinas.

Os sete fatores por ele identificados como característicos da resiliência (1991) podem ser assim resumidos:

- 1- Insight – capacidade para observar a si mesmo e ao outro
- 2- Independência - ou capacidade para manter distância física e emocional em relação aos conflitos sem cair no isolamento.
- 3-Relação ou capacidade para criar vínculos íntimos com outras pessoas.
- 4-Capacidade de Auto-regulação e responsabilidade necessária para conseguir a autonomia.
- 5-Humor e criatividade.
- 6-Ideologia pessoal.
- 7-Capacidade para desejar coisas boas aos outros e de dar sentido à própria vida. *"Dar sentido à própria vida é um aspecto imprescindível do processo resiliente"* (CYRULNIK, 1991).

Cyrułnik (1991) ainda afirma que associado às pessoas resilientes encontramos três características ou condições:

- 1-Pessoas resilientes, mesmo nos momentos de trauma e de crise, costumam pensar no que vão fazer. A presença da idéia de futuro, da busca de um sentido para a vida e a crença de que existe algo a ser feito mais à frente, parece tornar a dor algo mais suportável.
- 2-Poder formular uma explicação sobre o que aconteceu, articular situações, imagens, sentimentos e representações associadas ao trauma em uma seqüência que lhe permite dar coerência aos acontecimentos.

3- Ter vínculos especiais com uma ou mais pessoas que lhe permitam fortalecer sua auto-estima e confiança. "A confiança não significa evitar esforços, mas fortalecer a capacidade para realizá-los".

Segundo Walsh (1998), as características da resiliência podem ser resumidas em fatores pessoais, fatores familiares e da rede social, formando assim um tripé comumente usado hoje para entender a resiliência. São eles:

Fatores pessoais:

- 1-Temperamento despreocupado e alegre
- 2-Sentido realista de esperança e de autocontrole
- 3-Sentimento de protagonismo nas próprias ações
- 4-Representação da mudança como um desafio apaixonante
5. Otimismo.

Fatores familiares e da rede social:

Clima emocional – afeto, existência de limites claros entre as hierarquias familiares. Amigos, vizinhos, professores e clérigos podem ser figuras substitutivas de apego.

Pessoas resilientes tendem a escolher cônjuges advindos de estruturas familiares menos caóticas.

Nesse percurso, reafirma-se a importância da rede de apoio do indivíduo, da família nuclear ou estendida, de amigos, figuras significativas etc. Apesar de sua importância, nenhum desses fatores é por si só determinante para definir a resiliência de um sujeito, mas todos eles devem ser analisados de forma sistêmica, tomando, cada um deles, importância diferenciada a depender da fase de vida ou da circunstância vivenciada. Também, na ausência de um ou

mais desses fatores, os outros, quando presentes, assumem uma importância maior, vindo a possibilitar ou favorecer a capacidade de enfrentamento a uma situação adversa.

Não se pode deixar de considerar a cultura que influencia o conjunto de crenças e valores de um indivíduo, assim como o seu modelo comportamental. A todos os fenômenos são atribuídos valores, simbolismos e construções sociais, que poderão com o tempo ser resignificadas a partir de uma reflexão crítica.

Sendo assim, cada vez mais ganha força uma visão complexa que favoreça uma compreensão de que a adaptação individual se dá a partir de processos transacionais, compostos de um conjunto de fatores pessoais, familiares, culturais e sociais.

O grande desafio atual é aproveitar o conhecimento adquirido sobre resiliência para ampliar o desempenho dos profissionais da área de saúde e social em sua atuação como rede de apoio, na realização de ações que possam favorecer o fortalecimento do sujeito diante de situações de risco e estimulando sua resiliência de acordo com suas possibilidades.

Walsh lembra que para os chineses, o símbolo da palavra “crise” é composto por dois pictogramas que simbolizam “perigo” e “oportunidade”. Ela cita os estudos de famílias (STINNETT & DEFRAIN, 1985; STINNETT, KNORR, DEFRAIN, 1981) em que 75% delas relatam ter “experimentado ocorrências positivas em meio à dor e ao desespero e acreditaram que algo bom resultaria da provação” (WALSH, 2005, p.7). O trabalho foi intitulado: “Crise: Perigo ou

Oportunidade”, e nele salienta a idéia de que uma crise pode ser um “chamado para despertar” nossa atenção para o que realmente importa em nossas vidas. (WALSH, 2005, p. 7.)

CAPITULO 3: O PENSAMENTO SISTÊMICO OU NOVO-PARADIGMÁTICO

Desde que o cientista alemão e prêmio Nobel Albert Einstein publicou seus artigos sobre a Teoria da Relatividade, em 1905, e que os estudos das características atômicas tomaram vulto, nos anos vinte, que a visão do mundo físico vem passando por uma mudança de concepção tão radical que os próprios fundamentos clássicos da ciência foram abalados.

Passamos a perceber que a realidade atômica é tão paradoxal, exigindo uma nova forma de entender a natureza, que os teóricos mais importantes passaram a questionar amplamente os pressupostos mais fundamentais das ciências e filosofias do Ocidente, principalmente os que foram estabelecidos a partir de Bacon, Descartes e Newton (Capra, 1986).

As descrições tradicionais da realidade física tendiam a projetar um mundo mecânico, atomístico, linear, rigidamente causal e não-relativo. Embora essa visão de mundo ainda se mostre como um modelo útil, dentro de limites bem definidos, ela vem sendo complementada ou até mesmo substituída, por modelos mais sofisticados, que reconhecem uma realidade física, interligada, dinâmica, relativista, inseparável da consciência do observador, ou seja, admite a sua subjetividade.

Embora nossa percepção e interpretação da realidade ainda tenham por parâmetros as idéias newtonianas de um universo mecanicista, idéia que é perpetuada pela educação formal, essas grandes descobertas na física teórica têm trazido uma luz extremamente benéfica à filosofia da ciência e à psicologia.

Neste novo paradigma o universo então, é visto como uma teia dinâmica de eventos inter-relacionados. Nenhuma das propriedades de suas partes é fundamental, todas elas decorrem das propriedades das outras partes do todo, e a coerência total de suas inter-relações determina a estrutura da teia.

As raízes do pensamento e das teorias sistêmicas são, predominantemente, oriundas da Cibernética e da Teoria Geral dos Sistemas. A Cibernética desenvolvida pelo matemático americano Norbert Wiener, traz um viés mais mecanicista, sendo definida pelo próprio autor, como a “ciência do controle e da comunicação no animal e na máquina”.

A Teoria Geral dos Sistemas criada pelo biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy (1901-1972) contribui com uma abordagem mais organicista, que visa unificar todos os campos da ciência através de uma teoria de “princípios universais aplicáveis a sistemas em geral, de natureza física, biológica, social”, a partir da identificação da interação como um problema central de todos esses campos. (ESTEVES DE VASCONCELOS, 2005).

Essas duas teorias sistêmicas nasceram e cresceram paralelamente em meados do séc. XX e contribuíram para o desenvolvimento de tecnologias de sistemas naturais e artificiais, promovendo também, uma mudança na forma de observar mais os sistemas humanos do que o indivíduo recortado do seu contexto. Delas derivaram novas abordagens sistêmicas, que, apesar de diferentes, têm em comum o foco de visão menos centrado no intra-psíquico e mais voltado para as questões inter-relacionais.

Derivam ainda dessas abordagens conceitos e propriedades atribuídas aos sistemas, assim como a concepção sistêmica que vê o mundo em termos de relações e de integração, sendo esse o primeiro marco diferencial do pensamento sistêmico, novo-paradigmático: a noção de **complexidade**, que pressupõe um conhecimento multifacetado e plural da realidade, no qual se busca a contextualização dos fenômenos, a partir da idéia de que eles se influenciam recursivamente.

Derivada da teoria geral dos sistemas surge um primeiro conceito sistêmico, o de *totalidade* ou *globalidade*, a partir do qual os sistemas são vistos como totalidades interligadas, não sendo possível conhecê-los sem considerar as relações existentes entre as suas partes; qualquer alteração em uma delas acarreta mudança no sistema como um todo e embora possamos discernir seus elementos individuais, a natureza do todo é sempre diferente, é sempre maior que a mera soma de suas partes (princípio da *não-somatividade*).

A noção de *circularidade* ou *causalidade circular* traz a idéia de que os vários componentes do sistema se influenciam reciprocamente em todas as direções, não sendo possível, portanto, identificar relações de causa e efeito lineares, como no modelo científico clássico, já que o sistema está em constante dinamismo, sendo incorporados novos elementos e relações. Outro princípio norteador da prática sistêmica é o da *eqüifinalidade*, no qual se tem que um mesmo efeito pode surgir a partir de várias causas, assim como uma única causa pode gerar vários efeitos, sendo possível, portanto, se chegar ao mesmo lugar, a partir de vários caminhos diferentes.

O conceito cibernético de *feedback* ou *retroalimentação* é o que garante aos sistemas o seu funcionamento circular, permitindo a movimentação de informação entre seus elementos. O *feedback negativo*, associado à idéia de *homeostase*, permite ao sistema voltar ao seu funcionamento anterior, sem a inclusão dos desvios ou interferências do ambiente.

Este é um mecanismo de auto-regulação dos sistemas, que mantêm sua estabilidade, impedindo a mudança ou a destruição de sua organização. A mudança ou *morfogênese* é alcançada, graças à inclusão da perturbação ou *inputs* do meio ao sistema, que altera o seu funcionamento ou organização, ou seja, ao mecanismo de *feedback positivo*.

Todo sistema deve lidar com os feedbacks positivos e negativos. Não se sabe qual é o ponto de equilíbrio, é o próprio sistema quem decide; ele vive a angústia todo o tempo, sobre mudar ou não, sendo chamado a tomar decisões sobre as regras em que vive.

Apesar de terem sido esses marcos importantes para o surgimento do pensamento sistêmico e, conseqüentemente, do novo paradigma da ciência, considera-se esse momento caracterizado pela ***Cibernética de Primeira Ordem***. O foco se dá, predominantemente, no funcionamento e controle dos sistemas, ainda dentro de uma visão determinística das ciências clássicas; apesar de levar em consideração as relações e buscar a integração dos demais sistemas (**complexidade**), mantêm o reducionismo, na medida em que tenta explicar todos os fenômenos naturais, utilizando o mesmo modelo das máquinas, através da idéia de realimentação, retroação ou feedback, na qual o

sistema funciona, alimentado pelas informações que recebe do ambiente, a partir dos resultados obtidos, vindo a constituir essa informação, uma alça de retroação, que faz o sistema se regular, se reordenar, a fim de manter sua sobrevivência e funcionamento.

Aqui, se encontra a principal característica da Cibernética de Primeira Ordem: como supõe o sistema como determinado para um fim, ou em outra linguagem, como um “comportamento corrigido para a meta”, o feedback recebido tem como finalidade corrigir os desvios, diminuir a diferença entre o comportamento obtido e o comportamento desejado ou esperado. Dessa forma, os desvios são vistos como perturbações, como obstáculos ao alcance da meta que, em última instância, é a de manter o funcionamento, a estabilidade, a conservação do sistema.

Diz-se então que a Cibernética de Primeira Ordem visa a auto-estabilização do sistema, a manutenção de sua homeostase, uma vez que tenta reduzir os impactos dos desvios, não os incorporando aos sistemas. Utiliza-se portanto da retroação negativa, ou seja, do mecanismo de regulação, de controle do sistema diante de uma ameaça à sua homeostase, eliminando, não incorporando o desvio ao sistema, já que isso ameaçaria a sua homeostase, instalando-se a crise. A Cibernética de Primeira Ordem trata, pois, dos processos *morfostáticos*, ou seja, que visam à manutenção da mesma forma, não permitindo a mudança, o desvio da meta estabelecida.

Uma intervenção que se dá, portanto, a partir da Cibernética de Primeira Ordem, parte de um plano já determinado e estabelecido, acreditando ser este

o ideal para aquela situação, tentando controlar e regular todas as variáveis do sistema observado, para que nenhuma alteração seja permitida, utilizando todas as informações disponíveis no sistema para tentar afastar e “neutralizar” qualquer desvio, mudança, não permitindo a incorporação de desvios que ameacem a sua homeostase. Sabe-se *a priori* o que é melhor para o sistema.

Já a ***Cibernética de Segunda Ordem***, trata dos processos *morfogenéticos*, ou seja, que contemplam novas formas, mudanças, transformações no sistema. Para isso, utiliza-se do feedback ou retroação positiva, uma vez que considera, absorve, incorpora os desvios, as informações dissonantes, permitindo aos sistemas a capacidade de auto-mudança.

Dá-se a quebra da homeostase, do equilíbrio, uma vez que ao sistema soma-se, acrescenta-se, a perturbação, fazendo-o mudar de estado, de regra, de meta. Como consequência direta, vemos uma diminuição no determinismo, uma vez que ao se permitir a entrada de interferências no sistema, perde-se o controle sobre o seu rumo, não sendo mais possível o domínio, o comando sobre ele. Em termos de intervenção, significa abrir a possibilidade para o novo, para o imprevisto e para que o próprio sistema decida o que fazer frente ao impasse de mudar ou não.

Percebe-se, portanto, a influência da idéia de **instabilidade**, segundo pressuposto do pensamento sistêmico novo-paradigmático, que, somando-se ao primeiro pressuposto da **complexidade**, vem trazer consequências sobre as práticas e teorias sistêmicas. Decorrente da *instabilidade* vem a idéia de *indeterminação* e *imprevisibilidade* dos sistemas, caindo por terra a

possibilidade de *controle*: Diante de tantas “variáveis intervenientes”, de tanta complexidade de fenômenos internos e externos afetando os sistemas, da impossibilidade de “colar” os fragmentos já conhecidos para se compreender o todo, não há como se determinar qual a causa primeira ou última de um sistema ser ou não funcional, de modo a fazermos uma “intervenção cirúrgica” direta, simples, para alterar o seu funcionamento e trazê-lo de volta à “normalidade”, à “funcionalidade ótima”.

Vários autores contribuíram para o desenvolvimento da Cibernética de Segunda Ordem, dentre eles os biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela (GRANDESSO, 2006, p. 135), através dos conceitos de *autopoiese*, de *fechamento* ou *determinismo estrutural* do sistema e de *acoplamento estrutural*. Esses conceitos, além de ratificarem a noção de instabilidade, acrescentam ao novo paradigma, o pressuposto da **intersubjetividade**.

Para Maturana, os seres vivos são autônomos, são sistemas fechados para informações que venham do meio. Qualquer mudança que neles ocorra, se dá a partir de sua estrutura e organização naquele momento, cabendo ao ambiente o papel de instigar, perturbar ou estimular uma mudança, jamais de causá-la. Esse conceito de determinismo estrutural retira do ambiente o caráter instrutivo e diretivo, diminuindo o poder das intervenções e dando maior independência ao próprio sistema, visto como *autopoiético*.⁵

O que eu digo é uma perturbação que desencadeia em cada um de vocês uma mudança estrutural determinada em vocês mesmos, e não no que eu digo e, portanto, não determinada por mim, que somente sou a contingência histórica na qual vocês se encontram pensando o que estão pensando. (MATURANA, 1999, p. 64).

⁵ Esse termo deriva dos vocábulos gregos *auto* – si mesmo – e *poiesis* – criação, produção.

O conceito de *autopoiese* ratifica a concepção de *fechamento estrutural*, a partir da idéia de auto-criação e auto-regeneração do sistema, retirando o determinismo do ambiente na medida em que afirma ser impossível antecipar ou prever, de fora, o que o sistema fará, já que ele não segue instruções diretas do ambiente, sem antes avaliar se essas instruções fazem ou não sentido.

Acrescenta-se a isso a noção de *acoplamento estrutural*, que afirma que as pessoas reagem de formas diferentes aos estímulos do meio, uma vez que se encaixam, a partir de suas subjetividades, de formas diferentes, trazendo modificações a ambos: sujeito e meio; ou seja, as pessoas se tocam, se interessam por diferentes coisas, a partir de suas diferentes subjetividades, e a partir desse encaixe todos se transformam.

A idéia desse fechamento (*autopoiético*) do sistema traz em si, implicações para a prática sistêmica: uma delas, diz respeito à noção de que inexiste uma realidade independente da experiência subjetiva do observador. É o seu olhar que determina o que ele vê.

Essa mudança traz repercussões grandes à terapia familiar, não cabendo mais ao terapeuta o papel de decidir o que e quando mudar; o que é ou não funcional em uma família. Quando se observa um grupo familiar através de uma terapia que se utiliza desses pressupostos, entende-se o terapeuta como um elemento de perturbação ao sistema familiar, encontrando-se ele incluído e excluído ao mesmo tempo deste processo.

Segundo Maturana (1999), ao invés de colocarmos a subjetividade entre parênteses, como no paradigma clássico, deve-se substituí-la pela objetividade entre parênteses, já que, cada vez mais se acredita na impossibilidade de se ter acesso privilegiado à realidade, sem a intermediação de um “eu” e do reconhecimento de que tudo ocorre na experiência: ainda como diz Maturana (1999): “A experiência é sempre maior que a nossa capacidade de falar dela”, reforçando a idéia de não podermos nunca dar conta da realidade. Grandesso (2006) reforça essa idéia, levando-a para o contexto terapêutico, ao indagar: “Quando estamos diante de uma família, de quem eu descuido quando eu cuido de quem cuido?”

O mesmo autor traz também a idéia de “*co-construção da realidade na linguagem*”, a partir do espaço consensual da intersubjetividade, ou seja, são as pessoas juntas que constroem a realidade, através da experiência, reforçando o papel que as relações e os encontros têm, além da implicação de cada um de nós na realidade que estamos constituindo ou fazendo emergir.

A teoria de Maturana traz para a prática sistêmica implicações importantes, contribuindo para elevá-la, indiscutivelmente, à categoria de um paradigma pós-moderno: afirma a inexistência de uma realidade independente da experiência subjetiva do observador, afirmando ser o seu olhar que determina o que ele vê. Dessa maneira, é impossível o acesso privilegiado à realidade: tudo ocorre na experiência, que é sempre maior que a nossa capacidade de falar dela.

Acredita na impossibilidade do sistema ser determinado pelo ambiente (*determinismo estrutural*), considerando ser a linguagem o espaço consensual

de intersubjetividades, de co-construção da realidade. “A gente se constrói e se reconstrói na relação.”

Em síntese, para Maturana “somos unidades *autopoiéticas* determinadas estruturalmente, que operam em acoplamento estrutural com seu meio.” (ESTEVES DE VASCONCELOS, 2005, p. 251).

Outra contribuição vem dos trabalhos de Heinz von Foerster, físico austríaco, responsável pelo termo Cibernética da Cibernética⁶, que convidou Maturana a participar de simpósio sobre cognição, em 1969. Ele, a partir da inclusão do conceito de *sistema observante*, ratifica a importância da subjetividade do cientista no fenômeno a ser observado: “o observador, incluindo-se no sistema que ele observa, se observa observando”, (ESTEVES DE VASCONCELOS, 2005, p. 243).

Contribui assim, para firmar o pensamento sistêmico dentro de uma visão construcionista social da realidade, ou de “um pressuposto da construção da realidade no espaço da intersubjetividade” (idem, p. 246) na qual estão presentes os três pressupostos do pensamento novo-paradigmático: a **complexidade**, a **instabilidade** e a **inter-subjetividade**. Segundo ESTEVES DE VASCONCELOS (2005):

Na terapia familiar sistêmico-si-cibernética, a família é concebida como um sistema autônomo, capaz de auto-organização. Seus comportamentos são determinados antes por sua estrutura [...] do que pelos inputs recebidos do ambiente, pelo que é considerada como um sistema fechado de informação. Passa-se, então, do paradigma da informação ao paradigma da in-formação [...]. A informação é vista em seus aspectos construtivos e, deixando de servir ao controle, entra num contexto de comunicação.

⁶ Cibernética de Segunda Ordem ou ainda Si-Cibernética (Morin).

Também Morin (1977), que propõe chamar de si-cibernética esse novo pensamento, busca torná-lo mais abrangente e integrador, vindo a aproximá-lo do paradigma da ciência contemporânea emergente, na medida em que inclui as noções de complexidade, de imprevisibilidade e de impossibilidade de instrução e controle dos sistemas, abandonando definitivamente a pretensão de objetivação e apreensão da realidade dos paradigmas clássicos.

Apresenta em sua teoria a inclusão dos paradoxos e uma forma de visitá-los de forma integradora e dialética: ao falar de sujeito, por exemplo, extrapola a dualidade clássica cartesiana, dizendo não ser possível apreender o que ele significa, sem se considerar que é autônomo e dependente ao mesmo tempo; que é matéria e espírito; que é produto e produtor da sociedade, que, apesar das contínuas e significativas transformações pelas quais passa em todos os níveis, mantém uma invariância, mantém-se sujeito, unidade, possuidor de uma identidade.

Morin introduz mais a idéia de abertura, de movimento, de incerteza, de paradoxo, de incompletude, de incapacidade de se dar conta de uma realidade sempre em movimento, complexa, que jamais será apreendida, que jamais será esgotada em termos de conhecimento. Para ele, os paradigmas privilegiam “certas relações lógicas em detrimento de outras”, e por isso, faz-se necessário que o terapeuta esteja consciente não apenas da sua subjetividade, de que ponto ele ouve e vê o que é dito, mas também da subjetividade do criador do paradigma por ele adotado, já que, por mais aberto que esse paradigma seja, vem a formatar a maneira de ver e atuar no mundo, sendo necessário estar ciente dessa contextualização.

A consciência dessas subjetividades presentes no terapeuta ou observador, não deverá desviar sua atenção da história do paciente; pelo contrário, a partir do encontro de ambas as histórias é que se torna possível construir a história do “*setting*” terapêutico. Sai-se do lugar do saber, do controle, da pretensa visão objetiva e isenta de uma realidade externa, para se utilizar, de forma consciente e reflexiva, o que Morin denomina de construção da “dança terapêutica”, na qual a improvisação é a regra, não se seguindo uma partitura predeterminada.

Não se pretende que o saber acadêmico dê lugar ao senso comum, mas que ambos possam dialogar a partir de um ponto intermediário, central, entre eles. Para ele, além de consciente, a subjetividade deve ser compartilhada e reflexiva: Nós nos implicamos naquilo que produzimos, nas nossas ações e devemos nos revelar de forma desmistificada, nos contextualizando em termos humanos e históricos.

Através do conceito de organismo *auto-eco-organizador*, Morin (1994) acrescenta ao paradigma complexo maior flexibilidade e dinamismo, já que credita ao ambiente um peso maior que o dado pelo pensamento construtivista: o organismo vivo, apesar de sua capacidade de organização interna, de sua autonomia, tem estreita ligação com o meio, precisa dele se alimentar para sobreviver, vindo, portanto a se constituir também, como uma auto-organização dependente, travando uma luta entre a dissipação de energia e sua capacidade de regeneração que vem a perdurar por toda a sua existência. Busca, assim, um equilíbrio dinâmico a partir da sua contínua dissipação de energia e sua capacidade de regeneração.

Dessa forma, o novo paradigma da ciência ainda encontra-se em desenvolvimento, junto a uma grande diversidade de teorias que convivem dentro desse grande guarda-chuva sistêmico, ora regidas pelo antigo paradigma de certo e errado, da busca do homogêneo e do padrão, ora pelo moderno paradigma da relatividade, da inclusão do diferente, da ampliação de possibilidades.

Passando a largo da discussão presente ainda hoje no meio sistêmico que ora privilegia as divergências ora as convergências entre as teorias construtivistas e as teorias construcionistas sociais⁷, ambas construções epistemológicas pós-modernas sobre o homem e o seu processo de conhecer, concordamos com a afirmação de GRANDESSO (2005, p.114), que diz:

O conhecimento individual tem sempre uma dimensão social da qual é inseparável, da mesma forma que a construção social da realidade se configura como uma co-participação na qual se incluem as disposições individuais.

⁷ Para maior aprofundamento dos diversos conceitos de construtivismo (radical, trivial, crítico), construcionismo e construcionismo social, buscar GRANDESSO, 2006, Cap. I).

CAPITULO 4: APEGO E RESILIÊNCIA: RECONSTRUINDO SIGNIFICADOS A PARTIR DE UMA VISÃO SISTÊMICA

A idéia central desse trabalho parte da crença inabalável na capacidade do ser humano de construir e reconstruir vínculos e, através deles, ir se constituindo enquanto pessoa, sendo capaz de transformar e ser transformado por cada nova relação e atribuir novos significados às experiências vividas.

O homem, enquanto ser social nasce inserido dentro de um contexto e, desde muito cedo⁸, vai sendo influenciado ou multideterminado por uma infinidade de fatores, situações, pessoas e relações que irão imprimir suas marcas e transformá-lo ao longo do seu desenvolvimento, através de múltiplas relações recursivas.

Essa crença está em consonância com a epistemologia sistêmica pós-moderna que - ciente da impossibilidade de darmos conta de uma realidade *complexa, instável*, já que em constante construção e mudança, à qual não podemos ter acesso senão através das nossas lentes subjetivas e parciais - não se detém na busca de uma causa, de uma explicação monista ou de um marco inicial a partir do qual podem ser compreendidas e explicadas as personalidades humanas, suas patologias e desvios, reconduzidos à “normalidade” através de manobras e instruções de um especialista.

Nossas primeiras experiências, nossos primeiros vínculos nos marcam, constituem nossa primeira matriz sobre a qual muitas outras relações serão desenvolvidas e a partir das quais aprendemos a nos ver, a perceber as

⁸ Várias são as pesquisas atuais que enfocam a diversidade de comportamentos do bebê na vida intra-uterina e logo após o nascimento, relacionando suas reações com os comportamentos e/ou sentimentos das mães e pessoas circunvizinhas, levando-nos a conceber o desenvolvimento do comportamento de apego desde muito cedo (BRAZELTON, 1988; KLAUS E KENNEL, 1992 *apud* BERTHOUD; BROMBERG; BORREGO, 1997).

peessoas ao nosso redor, criando expectativas sobre elas e sobre o que delas e da vida podemos esperar.

Dessa forma, acreditamos que nosso amor-próprio, nossa auto-confiança e crença nas pessoas e no mundo derivam em grande parte da maneira como fomos acolhidos e cuidados nesses primeiros anos de vida, do maior ou menor grau de segurança que pudemos aferir de nossas primeiras relações, das marcas que essa primeira história nos deixou.

Por tudo isto, afirmamos que este “amor primeiro” é o caso de amor que serve de terreno fértil sobre o qual outros “casos de amor” podem florescer. (BERTHOUD *in* BERTHOUD; BROMBERG; BORREGO, 1997).

Pensando sistemicamente, muitos são os fatores que estão em jogo e no entorno dessas primeiras relações, favorecendo ou prejudicando o estabelecimento de um vínculo seguro entre o bebê e seu(s) cuidador(es): condições externas, tais como o contexto sócio-econômico-cultural, presença de familiares e redes de apoio que auxiliem nos cuidados do bebê ou de seus cuidadores; expectativas realistas e assertivas sobre o papel de cuidador e sobre o bebê, vínculo existente no casal parental (se ele existir), grau de satisfação e realização pessoal/profissional, condições de saúde das pessoas envolvidas, enfim, um sem-número de fatores interagindo ao mesmo tempo, sendo impossível aferir o peso que cada um deles tem na construção do vínculo de apego.

Dessa forma, ao se olhar para um sistema familiar, não se pode desconsiderar seus subsistemas e também não se pode, ao se deter em um subsistema – mãe/filho, por exemplo - deixar de se levar em conta todas as outras relações existentes, nem de considerar as influências que o sistema familiar como um todo exerce sobre esse e outros subsistemas (GIMENES, 2005, p.44).

Do conceito de resiliência vem a concepção de que existe uma força, um potencial nos indivíduos (grupos, sociedades), que os levam a ser capazes de enfrentar e superar as mais variadas situações de vida, em diferentes momentos do ciclo vital, contando com recursos próprios (suas fortalezas pessoais), com pessoas significativas (figuras de apego) mais próximas (do núcleo familiar e da família extensa) e da rede social mais ampla (amigos, parceiros, instituições sociais, religiosas, educativas). O mito de *Sísifo* ilustra a imagem da persistência e da tenacidade presentes de forma diferenciada nos seres humanos, quando se deparam com situações de extrema dificuldade, levando-os à incansável busca de superação dos desafios.

Um homem que empurra uma pesada pedra através da costa de uma montanha e, prestes a chegar ao seu topo – apesar de toda a sua força – ela lhe escapa e cai de volta ao vale. Sísifo volta sempre a não negar esforços para vencer o limite e, a duras penas, tolera o cansaço e o sobrepõe.⁹

Dessa forma, acreditamos estarem todas as abordagens apresentadas nesse trabalho (da teoria do apego, da resiliência e do pensamento sistêmico) em consonância entre si, na medida em que partem de idéias de ser humano em constante processo de construção; não coadunam com a idéia de um ser acabado e pronto, fadado a um determinado fim, a partir das condições e contextos presentes em seu nascimento ou nas etapas iniciais de seu desenvolvimento.

O próprio Bowlby, a quem muitas vezes é atribuído uma posição mais determinista, apesar de defender a importância de vínculos íntimos e constantes entre as figuras de apego e a criança na infância e ao longo da vida,

⁹ Retirado do site: www.udec.cl/r_clbustos/apsique/deli/resiliencia.html, em 23/07/2002.

veio a estender o seu olhar para outros elementos e inter-relações do sistema familiar (e extra-familiares), a partir de 1973, ao ser influenciado pela Teoria Geral dos Sistemas (MARVIN E STEWART, 1999). Assim, apesar de ter-se dedicado durante toda a vida aos estudos de como essas primeiras relações são marcantes para o desenvolvimento futuro da criança, nos mais variados aspectos de sua vida, Bowlby salienta algumas outras variáveis a serem consideradas na compreensão do contexto do apego.

Um delas, advinda da *teoria intergeracional de Bowen*, teórico sistêmico, leva-o a acreditar que as pessoas tendem a reproduzir padrões de relacionamentos familiares através das gerações seguintes, correndo o risco de perpetuar questões e problemas não resolvidos. Dessa forma, o padrão de apego vivenciado pelos pais ou cuidadores tende a se reproduzir na relação com os filhos, quer positiva ou negativamente.

(...) a participação da mãe na situação é muito mais complexa: deriva não só de sua dotação inata mas também de uma longa história de relações interpessoais em sua família de origem (e também, talvez, no seio de outras famílias), assim como da longa absorção dos valores e práticas de sua própria cultura. (BOWLBY, 2002, p. 425).

Vê-se aí presente na teoria de Bowlby um início de abertura para a *complexidade*, na medida em que traz novos elementos que amplificam a compreensão do fenômeno de apego, estendendo o foco de suas considerações para o contexto familiar mais amplo e para a cultura na qual ele está inserido, que influencia recursivamente as relações entre seus membros.

Para Bowen (NICHOLS & SCHWARTZ, 1998) carregamos a reatividade emocional não resolvida com os nossos pais, sob a forma de vulnerabilidade

para repetir os antigos padrões a cada novo relacionamento intenso que vivemos. Assim, tendemos a escolher parceiros com níveis semelhantes de *diferenciação*¹⁰, transferindo parte dos conflitos familiares não resolvidos para eles ou para os filhos ou um filho sintomático; assim, “os problemas do passado são visitados no futuro.” (idem, p. 322).

Dessa forma, em atendimentos à família, a partir do enfoque da terapia familiar sistêmica, não é incomum encontrar casais que desviam o foco de atenção dos conflitos conjugais para a intensificação das atenções com os filhos ou um deles em especial, diminuindo a tensão sobre a relação, mas contribuindo para o surgimento, muitas vezes, de sintomas infantis.

Um padrão encontrado com frequência é a síndrome da mãe superenvolvida e do pai distanciado – “o arranjo típico da família de classe média problemática: a proximidade da mãe com seus filhos substituindo a proximidade no casamento.” (MINUCHIN & NICHOLS, 1993, apud NICHOLS & SCHWARTZ, 1998, p. 194).

Aqui já percebemos a influência em Bowlby, da teoria estrutural de Minuchin, outra teoria sistêmica, que vem complementar a teoria de apego, estendendo nosso olhar para além da díade mãe-filho, dando especial atenção às fronteiras e as formas de comunicação existentes entre os subsistemas presentes no sistema familiar.

Marvin e Stewart, (1999, apud GIMENES, 2005, p. 45) desenvolveram três tipos de organização familiar, acrescentando a teoria sistêmico-familiar de Minuchin à

¹⁰ Conceito da teoria Boweniana, que se refere à força vital do ser humano que impulsiona o seu desenvolvimento em favor de se tornar uma pessoa emocionalmente independente – um indivíduo capaz de pensar, agir e sentir por si mesmo e de separar e equilibrar sentimentos e pensamentos. (NICHOLS & SCHWARTZ, 1998, p.312.) A diferenciação se traduz pela singularidade do sujeito, pelos aspectos específicos que cada membro familiar possui e que devem ser respeitados pelos outros membros.

teoria do apego, de modo a torná-la mais sistêmica, mais abrangente, extrapolando os limites do subsistema mãe/filho:

1. **Famílias adaptadas:** predominância de apego seguro e de limites claros entre os diversos subsistemas familiares (parental: pai/filho; mãe/filho; conjugal: pai/mãe; e entre a fratria: irmãos); A existência de limites claros e flexíveis permite à criança sair da relação exclusiva com a mãe, para participar de outros sistemas.

2. **Famílias pouco envolvidas,** ocorrência do apego inseguro, onde a criança não dispõe de uma estrutura adequada que sirva como base de apoio e segurança afetiva. O apego inseguro mãe/filho é favorecido muitas vezes, por um envolvimento fraco da criança em outros subsistemas.

3. **Famílias “Avviluppate”¹¹:** Relação excessivamente próxima e invasiva entre mãe (ou substituto), gerando dependência e apego inseguro-ambivalente. Essa estrutura familiar favorece na criança angústia de separação (real ou temida), tendência da mãe infantilizar o filho, tratando-o como se fosse menor, com grau de intimidade inapropriado.

As contribuições desses e de outros autores sistêmicos vieram a enriquecer e tornar mais abrangente e complexa a obra de Bowlby que, em função de sua época e das influências iniciais recebidas, ficou limitada a uma abordagem mais caracterizada pela Cibernética de 1ª Ordem. Assim, apesar do esforço em reconhecer a influência de múltiplas variáveis no desenvolvimento de crianças, que inclusive extrapolam a díade mãe e filho, levando em consideração o

¹¹ O termo pode ser traduzido por emaranhada ou enredada.

contexto mais amplo¹², parte de uma concepção ideal de desenvolvimento, assim como das condições necessárias para alcançá-lo, postura esta não condizente com uma epistemologia pós-moderna.

O apego íntimo a outros seres humanos é o núcleo em torno do qual gira a vida de uma pessoa, não só enquanto bebê, criança pequena ou criança de escola, mas também durante a sua adolescência e maturidade, até a velhice. É desse apego íntimo que retiramos a força e o prazer da vida, e proporcionamos também força e prazer a outros (BOWLBY, 2004b, p. 516).

Para Bowlby (2000; 2004a; 2004b) as experiências de separação e perda das figuras centrais de apego na infância são fundamentais para entender as perturbações que experimentam uma criança e os sintomas daí decorrentes que podem se manifestar ao longo de sua vida, atribuindo a essas experiências um potencial patogênico. Essas afirmações estão calcadas em inúmeras experiências, observações e crenças epistemológicas - etólogo e psicanalista que era - que não o impediram, entretanto, de acreditar na infinita e surpreendente capacidade do ser humano de se superar, crescer, se reconstruir e seguir em frente, apesar das dificuldades e de todos os prognósticos sombrios:

Uma questão nuclear, de resposta nada fácil, é a de saber por que alguns indivíduos se recuperam, ampla ou completamente, após experiências de separação e de perda, ao passo que outros não parecem ter condições de recuperação. (BOWLBY *apud* GIMENES 2005, p. 48).

Vê-se aqui, nas entrelinhas, a crença na *resiliência*, nesse potencial “inexplicável” do ser humano, que impele pessoas a emergirem de crises e de percalços, não ilesos – as experiências e encontros estão sempre nos transformando – mas fortalecidos e aptos a desenvolver novas habilidades e

¹² Para Bowlby, os sintomas decorrem de “padrões estáveis de interação que se desenvolvem entre dois e, mais freqüentemente, vários membros de uma família.” (BOWLBY, 2002, p.434).

competências emocionais, cognitivas e relacionais que os possibilite enfrentar os novos desafios que surgirem. Também para o desenvolvimento da resiliência considera-se importante o contexto familiar, as relações entre seus membros e entre esses e o contexto social mais amplo, sem deixar de considerar ainda, as características pessoais.

Mais importante no conceito de resiliência, entretanto, do que a busca de relações causais lineares (características do paradigma clássico) que privilegiem os diferentes componentes da resiliência, é integrá-los recursivamente, a partir da crença na *luminosidade* (fortalezas e potencial de desenvolvimento) e na *diversidade* (diferentes formas e momentos de utilização da luminosidade) dos seres humanos.

Voltando a Bowlby, a constatação de que muitas pessoas podem se recuperar de situações de perda e separação, traz em si um germe do pressuposto da *instabilidade*, condizente com o pensamento sistêmico; nele se constata a impossibilidade de se prever ou controlar os eventos da natureza, uma vez que, dentro da concepção de *complexidade* é impossível determinar quais são todas as condições iniciais presentes, assim como a maneira como elas irão se relacionar entre si.

Dessa forma, reforça as idéias de *fechamento estrutural* e de *autopoiese* de Maturana, ratificando a idéia de impossibilidade de se prever como as pessoas irão reagir frente às situações, uma vez que é necessário o *acoplamento estrutural*, o ajuste entre elas (pessoa x figuras de apego ou de apoio das redes sociais, por exemplo); o quanto ou como elas irão “influenciar” o sistema irá

depende da maior ou menor abertura que ele dará.

Assim, mesmo que Bowlby reafirme a importância das figuras de apego ao longo da vida de uma pessoa, ele vai, paulatinamente, incluindo *complexidade* à sua teoria, incorporando novos personagens (pais, irmãos ou crianças mais velhas, amigos, enfermeiros, parceiros), assim como novos elementos (relações entre os vários subsistemas familiares, padrões intergeracionais, um ambiente estimulador e seguro), diminuindo, dessa forma, o determinismo inicial de seus trabalhos. Mantém sua crença, que ainda hoje é respeitada e utilizada em várias abordagens do desenvolvimento infantil, e diz:

(...) seria igualmente absurdo dizer que as experiências de separação e de perda não têm maior importância, já que a maioria das pessoas que passam por tais experiências supera os seus efeitos. (BOWLBY *apud* GIMENES, 2005, p. 51).

Bowlby aproxima-se também de uma visão sistêmico-familiar mais abrangente, ao fazer um alerta aos profissionais que trabalham com crianças ou sistemas familiares, dizendo:

A habilidade diagnóstica reside na avaliação desses padrões de interação e das tendências presentes de cada membro da família que ajudam a perpetuá-los; a habilidade terapêutica reside em técnicas que permitem a ocorrência de mudanças mais ou menos simultâneas em todos os membros de uma família, de modo que um novo padrão de interação possa surgir e estabilizar-se. (BOWLBY, 2002, p. 434).

A concepção de personalidade de Bowlby também está em sintonia com o pensamento sistêmico, uma vez que ela é concebida como em constante processo de construção, vindo a se desenvolver gradualmente ao longo da vida.

Bowlby utiliza-se de uma metáfora para dizer que a personalidade

(...) assemelha-se a um sistema de estrada de ferro, com uma linha principal ao longo da qual é colocada uma série de estações para uma certa direção, mas logo se bifurca em uma série de rotas distintas, algumas das quais divergem da rota principal e outras tomam um curso convergente. (BOWLBY *apud* NABUCO DE ABREU, 2005, p. 89.)

A crença de Bowlby é a de que, apesar de termos uma rota, um itinerário principal - construído a partir de nossas relações anteriores, de vínculos que vieram a nos constituir enquanto pessoas, com crenças, sentimentos e expectativas - a vida nos oferece oportunidades e múltiplos caminhos, vislumbrados a partir de novos encontros, de pessoas significativas que venham a imprimir novas marcas, fazer-nos rever nossos padrões, reconstruir significados sobre quem somos, sobre o que vivemos e sobre o que esperar da vida.

(...) não se devem observar os estilos interacionais pueris como prognósticos fidedignos e indubitáveis de sucesso ou fracasso, mas sim um padrão que, dependendo dos acontecimentos posteriores, poderá persistir e estabelecer-se de forma mais definitiva. (NABUCO DE ABREU, 2005, p. 64-65).

Aqui, vemos perfeitamente o encaixe com o conceito de resiliência, que lança nova luz sobre os destinos humanos, a partir da constatação de que muitas pessoas que não contaram com apegos seguros na infância, com arranjos familiares ou condições favoráveis ao seu desenvolvimento, são capazes, ainda assim, de tornarem-se adultos competentes e seguros, capazes de trabalhar, julgar e amar.

Nabuco de Abreu (2005) nos alerta para o risco de considerarmos “sempre” o apego seguro como um padrão ideal, associando-o ao padrão hegemônico “normal” e “feliz”, sobretudo quando temos em mente que o apego inseguro está mais relacionado a riscos de desenvolvimento de psicopatologias ou disfunções. Acreditando que a função do apego é assegurar autonomia e sobrevivência, não há como negar, muitas vezes, que

(...) as modalidades inseguras, longe de serem negativas, talvez sejam as mais indicadas no trato de certas circunstâncias ameaçadoras, pois se constituem, predominantemente, de um maior grau de habilidades e repertórios de enfrentamento,

comparados àqueles indivíduos seguramente apegados.
(NABUCO DE ABREU, 2005, p. 99).

Dessa maneira, não se pode falar de um padrão de apego único, adaptativo para todas as situações, devendo ele estar sintonizado com as condições ambientais, que acabam por definir ou “escolher” as melhores estratégias de sobrevivência. Ao pensarmos, por exemplo, nos estudos realizados com pessoas, famílias ou comunidades em situação extrema de risco (pobreza, doenças, alcoolismo,) a características de pesquisas de resiliência, podemos entender, portanto, porque o padrão seguro de apego não é predominante¹³.

Concluindo, cada um dos padrões de apego tem valor adaptativo diferente, dependendo da circunstância em que ele se desenvolve, podendo se revelar como fator de risco ou de proteção. Dessa forma, ainda segundo o mesmo autor, “os bebês não são invulnerabilizados pelos apegos seguros nem condenados pelos apegos inseguros à psicopatologia posterior” (p.107).

¹³ Experiências de bebês realizadas em kibbutz no Israel (Mayseless & Scher, 1996 *apud* Nabuco de Abreu, 2005, p.100), apontam para uma incidência alta de vínculos inseguros-ambivalentes, em função do estresse e tensão presentes nas mães, cuidadoras extremamente protetivas dos jovens, constantemente expostos aos perigos iminentes, levando-as a atitudes conflitantes e inconsistentes.

Conclusão

Finalizando, a teoria do Apego tem sido considerada uma teoria do desenvolvimento, talvez única em adotar uma perspectiva sistêmica, na medida em que se propõe a explicar certos fenômenos do comportamento humano, durante toda sua trajetória de vida, a partir da idéia central de que os seres humanos são propensos a formar vínculos afetivos discriminados e íntimos com pessoas, por quem desejam ser amadas, cuidadas e protegidas; acredita que a partir desses vínculos iniciais serão construídos modelos mentais, sobre os quais o indivíduo irá perceber a si, aos outros, assim como suas possibilidades de relacionar-se vida afora.

Esses modelos ou padrões mentais irão formar os componentes de sua personalidade, vindo a influenciar e regular sua percepção, seus sentimentos e comportamentos nas mais variadas situações de vida. (MONTORO in COLOMBO, 2006, p.120), levando o indivíduo a desenvolver a sua maneira única de ser e de se relacionar, construindo, paulatinamente, a sua identidade social.

Por serem filtros perceptivos, esses modelos mentais tendem a resistir à mudança, sendo o processo terapêutico um canal através do qual o terapeuta de qualquer linha pode atuar como uma figura de apego, convidando o paciente a rever seus modelos conceituais; através da promoção de uma comunicação aberta, de uma escuta atenta e respeitosa ele pode oferecer uma base segura, a partir da qual o paciente possa rever suas narrativas, explorar inicialmente o seu mundo interno, para ser capaz de reconstruir significados e a partir deles, propiciar novas explorações da realidade.

(MONTORO *in* COLOMBO, 2006, p. 136). É necessário também sensibilidade e crença na capacidade ilimitada do ser humano de descobrir novos recursos e de transformar dor em competências, sendo capaz de buscar em si próprio e nas pessoas ao seu redor (novas figuras de apego / redes sociais de apoio), força e estímulo para enfrentar os desafios da vida.

Acreditamos, assim como GRANDESSO (2006, p. 114-115), que ao trabalharmos com pessoas singulares, quer seja como terapeutas ou como algum outro tipo de agente facilitador, devemos ter em mente que essas pessoas “constroem as narrativas que definem sua subjetividade nos contextos particulares de sua existência”, apresentando, através dos seus relatos, não apenas a maneira como vêem a si próprias, como também parte de seus universos.

Finalizando com uma citação de Nietzsche (*apud* GRANDESSO, 2006, p. 115), que nos alerta para o risco de tomarmos nossas verdades como absolutas, nos aprisionando em nossas “cegueiras”, ele responde à pergunta sobre “O que é a verdade, portanto?” da seguinte forma:

Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos... que depois de longo uso parecem sólidas, canônicas e obrigatórias... que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas e enfeitadas” pelas pessoas; considerando verdades como “ilusões das quais se esqueceu de que são ilusões...”

REFERÊNCIAS

- ABREU, C.N. **Teoria do Apego**. Fundamentos, Pesquisas e Implicações Clínicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. 238p.
- ANDOLFI, M. **A terapia familiar**. Lisboa: Editorial Veja, 1981.
- BERTHOUD, C. M. E; BROMBERG, M. H. P. F; BORREGO, M. R. M. C. Formando e Rompendo Vínculos: A grande Aventura da Vida. In: **Ensaio sobre Formação e Rompimento de Vínculos Afetivos**. Taubaté: Cabral, 1997. 139p.
- BOWLBY, J. **Apego: A Natureza do Vínculo**. Volume 1 da Trilogia Apego e Perda. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 3ª edição. 493p.
- _____ **Separação: Angústia e Raiva**. Volume 2 da Trilogia Apego e Perda. São Paulo: Martins Fontes, 2004a. 4ª edição. 515p.
- _____ **Perda: Tristeza e Depressão**. Volume 3 da Trilogia Apego e Perda. São Paulo: Martins Fontes, 2004b. 3ª edição. 536p.
- _____ **Family theory in clinical practice**. New York: Aronson, 1978.
- BOSCOLO, L; CECCHIN, G; HOFFMAN, L; PENN. **A terapia familiar sistêmica de Milão**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- BOWEN, M. **Family theory in clinical practice**. New York: Aronson, 1978.
- _____ **De la familia al individuo: la diferenciación del sí mismo em el sistema familiar**. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1991.
- BRONFENBRENNER, U. **Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- CAPRA, F. **O ponto de Mutação**. São Paulo: Circulo do livro, 1982.
- CARBONE, A. **Terapia Familiar Sistêmica: breve histórico, origem e desenvolvimento da terapia familiar**. **Revista Catharsis**, 2005.

- CARNEIRO, T. F. **Terapia familiar: das divergências às possibilidades de articulação dos diferentes enfoques.** Revista Psicologia: Ciência e Profissão, v.16, p.38-42, 1996.
- CASTEL, R. **Da indigência à exclusão, a desfiliação: Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional.** In: LANCETTI, A. (Org.). Saúde Loucura, n.4. São Paulo: Hucitec, 1994.
- CAVALCANTE, A. M. **Quando a família vai à terapia.** The International Journal of Psychiatry. Psychiatry On-line Brazil, 2000.
- CECCHIN, G. **Irriverenza: una strategia de sopravvivenza per i terapeuti.** Milano: Ed. Franco Angeli, 1993.
- CECCHIN, G.; BOSCOLO, L.; PENN, P.; HOFFMAN, L. **Terapia Familiar Sistêmica de Milão.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- CYRULNIK, B. **Do sexto sentido: o homem e o encantamento do mundo.** Lisboa: Instituto Piaget. 1999.
- DABAS, E.N. **A intervenção em rede: nova perspectiva sistêmica.** nº 6. Rio de Janeiro, 1995.
- DOSSE, F. **História do estruturalismo.** Campinas: UNICAMP, 1994.
- ESTEVES DE VASCONCELOS, M.J. **Pensamento Sistêmico.** O Novo Paradigma da Ciência. Campinas: Papyrus, 2005. 4ª edição. 268p.
- _____ **Terapia Familiar Sistêmica: bases cibernéticas.** São Paulo: Psy, 1995.
- FISHMAN H. C.; MINUCHIN S. **Técnicas de terapia familiar.** 2a ed. Porto Alegre: Artmed, 1990.
- FOERSTER, H. **Cybernetics of Cybernetics.** Urbana: Biological Computer Laboratory. Illinois: University of Illinois, 1974.

- GIMENES, I.P.M. **Dois Olhares sobre a Relação Mãe e Filho**: O Conceito de Vínculo segundo Jacob Levi Moreno e John Bowlby. Tese de Mestrado do curso de Família na Sociedade Contemporânea, UCSal. 2005. 99p. (prelo)
- GUIMARÃES, N. V. **A Irreverência do Mestre Cecchin**. São Paulo: ABRATEF, 2004.
- GUIMARÃES, N.V.; SANTOS, C.V.A. **Um Modelo Integrado de Ciclo Vital e Ciclo Evolutivo de Apego**. Salvador. 2005. (prelo)
- HUTZ, C.S., KOLLER, S.H. & BANDEIRA, D.R. **Resiliência e Vulnerabilidade em Crianças em Situação de Risco**. Coletâneas da ANPEPP, 1(12), 79-86, 1996.
- KOLLER, S.H. & HUTZ, C.S. **Meninos e Meninas em Situação de Rua**: Dinâmica, diversidade e definição. Coletâneas da ANPEPP, 1(12), 11-34, 1996.
- KOLLER, S.H. et al. **Uma Família em Situação de Risco**: Resiliência e Vulnerabilidade. "s.n.t." (apostila).
- KOLLER, S.H. Meninos e Meninas em situação de Rua e Escola. CPG Psicologia – UFRGS.
- MAYER, L. R.; KOLLER, S. H. Percepção de Controle sobre o Desempenho Acadêmico de Crianças em Situação de Pobreza. Faculdade Federal do Rio Grande do Sul. (artigo submetido para apreciação da revista Psicologia Escolar e Educacional). 2000.
- MARVIN, R.S. & STEWART, R.B. Una cornice sistemico-familiare per lo studio dell'attaccamento. Carli, L. (org). In: **Dalla Diade alla Famiglia**. Milano: Raffaello Cortina Editore. 1999. Cap.1, p. 19 – 64.
- MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Minas Gerais: UFMG, 1999.
- MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**. São Paulo: Psy,

1995.

- MOLINA, E. L.; FERNÁNDEZ, C. M.; PRICE, M. P. P.; CELIS, K. P.; DÍAZ, F.

Resiliência: la esencia humana de la transformación frente a la adversidad.

2000. Internet: dia 23/07/2002. site: www.udec.cl/r_clbustos/apsique/deli/resiliencia.html.

- MONTORO, G. F. Contribuições da teoria do apego à terapia familiar.

CASTILHO, T. In: **Temas em Terapia Familiar**. São Paulo: Summus, 2001.

- MONTORO, F. S. In COLOMBO, S. F. (org.) Gritos e Sussurros: Interseções e ressonâncias. Trabalhando com casais. Vol. II. São Paulo: Vetor, 2006.

- MORIN, E. **O método I: a natureza da natureza**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

_____ **A noção de sujeito**. Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

- NICHOLS, M. P., SCHWARTZ, R. C. **Terapia familiar: conceitos e métodos**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

- PAKMAN, M. **Terapia Familiar em contextos de Pobreza, Violência e Dissonância Étnica**. Nova Perspectiva Sistêmica, Rio de Janeiro, n. 4: 8-19. 1993.

- PERLS, F. S.; HEFFERLINE, R., GOODMAN, P.. **Gestalt-Terapia**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1997.

- PINA-CABRAL, J. **Os contextos da Antropologia**. Lisboa: Difel, 1991.

- RAPIZZO, R. **Teoria sistêmica de família: da instrução à construção**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 1996.

- RICOTA, L. **O Vínculo Amoroso: A trajetória da vida afetiva**. São Paulo: Ágora, 2002. 3ª edição. 128p.

- ROSSETTI-FERREIRA, M.C. **O Apego e as Reações da Criança à Separação da Mãe: uma revisão bibliográfica.** In: Aumento da Interação adulto-criança e criança-criança durante a separação e após o reencontro com a mãe. Introdução da tese de Livre-docência defendida na Faculdade de Filosofia e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, em 1983. (Cad. Pesq., São Paulo (48): 3-19. fev. 84).
- SAIDÓN, O. **Las redes: pensar de otro modo.** In: DABAS, E.; NAJMANOVICH, D. (Orgs.) Redes. El lenguaje de los vínculos. Hacia la reconstrucción y el fortalecimiento de la sociedad civil. Buenos Aires: Paidós, 1995.
- SCHINITMAN, D.F. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- TAVARES, J. **Resiliência e Educação.** São Paulo: Cortez, 2001. 2ª edição.
- WALSH, F. **Fortalecendo a Resiliência Familiar.** São Paulo: Roca, 2005.